IOLANDA CRISTINA BARREIRA PEREIRA

A RENASCENÇA DOS DESTROÇOS DO PROGRESSO

Reabilitação do Palácio de Valflores, em Loures

Orientador: Professor Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

ECATI | Escola de Comunicação, Artes e Tecnologias de Informação

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Mestrado Integrado em Arquitetura

Lisboa

2018

IOLANDA CRISTINA BARREIRA PEREIRA

A RENASCENÇA DOS DESTROÇOS DO PROGRESSO

Reabilitação do Palácio de Valflores, em Loures

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 26 de Setembro de 2018, perante o júri nomeado pelo Despacho de Nomeação 262/2018, datado de 17 Julho, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Pedro Carlos Bobone Ressano Garcia;

Arguente: Prof. Doutor Bernardo de Castro Norton Vaz Pinto;

Orientador: Prof. Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes;

Vogal: Prof.ª Doutora Ana Cláudia Figueiredo de Oliveira.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

ECATI | Escola de Comunicação, Artes e Tecnologias de Informação

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Mestrado Integrado em Arquitetura

Lisboa

2018

"Preservation is simply having the good sense to hold on to things that are well designed, that link us with our past in a meaningful way, and that have plenty of good use left in them."

Richard Moe

(Presidente da National Trust for Historic Preservation)

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que contribuíram para que este trabalho de fim de curso tomasse forma e se realizasse o meu obrigada. Desde os professores que acompanharam e ajudaram na sua concretização, Professores Flávio Lopes (orientação), João Borges da Cunha e Nuno Griff (acompanhamento). Aos colegas e amigos que me ajudaram ao longo deste percurso. Bem como aos meus pais e irmã que desde sempre me apoiaram. Também agradeço a todas as outras pessoas (de arquivos e instituições várias) que me auxiliaram no conhecimento deste Palácio.

A todos, o meu muito obrigada.

RESUMO | ABSTRACT

Esta dissertação teve por objetivo debruçar-se sobre os *lugares de memória*, conceito desenvolvido por Pierre Nora, e sobre a realização de intervenções de reabilitação nestes espaços, que possuem um carácter simbólico, histórico e cultural. O objeto de estudo recaiu sobre o Palácio de Valflores (século XVI), lugar ainda muito presente na comunidade de Santa Iria da Azóia, mas em estado de ruína. É sobre ele que se propõe uma intervenção de reabilitação que revitalize o espaço do antigo Palácio e anexos, bem como do parque envolvente que caracterizava a quinta de recreio renascentista onde se implantava.

The main goal of this dissertation is to reflect about *places of memory*, a concept developed by Pierre Nora, and about the rehabilitation practices that frequently take place in these kind of places often marked by a very strong sense of symbolism, culturalism and history. As a study object I choose the Valflores Palace (16th century), a place that is still very present in the community of Santa Iria da Azóia, but that presents itself in state of ruin. It's about this construction that we propose a rehabilitation intervention that aims to revitalize the ancient Palace, their outskirts, as well as the surrounding park that formerly characterized the renaissance *villa* in which the Palace was implanted.

Palavras-Chave: Lugares de Memória; Reabilitação; Palácio de Valflores; Quintas de Recreio; Renascimento

Key Words: Places of Memory; Rehabilitation; Valflores Palace; Recreation Estate; Renaissance

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

A1 – Autoestrada do Norte

DGEMN – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

IC2 – Itinerário Complementar número 2

SIPA - Sistemas de Informação para o Património Arquitetónico

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ZEP – Zona Especial de Proteção

ÍNDICE

1. Introdução 8
I. Apresentação do tema 8
II. Objetivos/Perguntas de Partida 9
III. Metodologia 10
IV. Estado da Arte 11
V. Estrutura e Organização 14
VI. Contributos do Estudo 15
2. Lugares de Memória e Ruína 16
3. Intervenções em Ruínas/Lugares de Memória e a Importância da Preservação 18
3.1. A Importância da Preservação 19
3.2. Preservação Histórica 23
4.Considerações Finais 29
5. Bibliografia 30
5.1. Bibliografia Principal 30
5.2. Bibliografia Secundária 34
6. Apêndices 36
I. Memória Descritiva 36
I.1. Conteúdo 36
I.2. Antecedentes Relevantes 36
I.3. Caracterização do Edifício 37
I.3.1 História do Edifício 37
I.3.2. Caracterização Formal do Complexo Habitacional 39
I.3.3 Caracterização Exterior do Edifício 41
I.4. Pressupostos da Intervenção 44
I.4.1. Estratégia de Conservação do Património Construído 44
I.4.2. Infraestruturas 44
I.5. Proposta de Intervenção 45
I.5.1. Pressupostos Base 45
I.5.2. Elementos Históricos e Patrimoniais a Conservar 48
I.5.3. Organização Espacial 49

I.5.4. Acabamentos Interiores 51
I.5.5. Acabamentos Exteriores 51
I.5.6. Espaços Exteriores 52
I.5.8. Acessibilidades 55
I.6. Desenhos 56
II.6. Desenhos 57
Levantamento Topográfico II.6.1.
Planta de Implantação II.6.2.
Planta do Piso -2 II.6.3.
Planta do Piso -1 II.6.4.
Planta do Piso 1 II.6.5.
Planta do Piso 2 II.6.6.
Planta de Cobertura II.6.7.
Corte A-A' II.6.8.
Corte B-B' II.6.9.
Corte C-C' II.6.10.
Corte D-D' II.6.11.
Alçado Norte II.6.12.
Alçado Lateral Esquerdo II.6.13.
Alçado Lateral Direito II.6.14.
Alçado Sul II.6.15.
Planta de Arranjos Exteriores II.6.16.
Pormenores Construtivos - Pormenores-tipo de uma Construção do Século XVI II.6.17.
Desenhos Gráficos 01 II.6.18.
Desenhos Gráficos 02 II.6.19.
Desenhos Gráficos 03 II.6.20.
Desenhos Gráficos 04 II.6.21.

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 Planta da Villa Forni-Cerato, de Palladio (ca. 1540) e planta de Valflores (ca. 1550) 8
Figura 2 Imagens das fachadas do Palácio Valflores 41
Figura 3 Comparação entre a planta de Forni-Cerato e Valflores com o possível átrio vestibular nesta última 43
Figura 4 Imagens dos vestígios pictóricos nas paredes interiores do Palácio e dos remanescentes da lareira 48
Figura 5 Planta esquemática da organização espacial do piso nobre do Palácio de Valflores 50
Figura 6 Zonamento esquemático do parque envolvente ao Palácio de Valflores. 53
Figura 7 Identificação cromática das secções da zona central do parque de Valflores 54

1. INTRODUÇÃO

I. Apresentação do Tema

Neste trabalho, debruçamo-nos sobre a questão dos lugares de memória e sobre o que é realizar uma intervenção sobre estes espaços de cariz simbólico, quase sagrado. O objeto de estudo escolhido passa pelo Palácio de Valflores, um *lugar de memória* que ainda hoje está bastante presente na lembrança da comunidade de Santa Iria da Azóia. Como foi um espaço utilizado até aos finais do século XX, muitas são as pessoas que têm memórias de brincar ou trabalhar naquele sítio, por isso ele lhes é tão querido e estimado. Sobre o este complexo sabemos que estamos perante uma antiga quinta de recreio, cujas origens remontam pelo menos ao século XV. A construção da casa senhorial data, originalmente, do século XVI e apresenta características intrinsecamente ligadas às desenvolvidas pelos arquitetos renascentistas italianos, a titulo de curiosidade veja-se a semelhança entre o traçado da planta de Valflores e da *Villa* Forni-Cerato (*ca.* 1540), da autoria de Andrea Palladio. O complexo obedece a todos os requisitos patentes nas quintas de receio da época (sistemas de vistas, casa senhorial, anexos e/ou casas de trabalhadores, recursos hídricos, hortas ou pomares [neste caso pomares] e jardins [que no caso de Valflores não se sabe se chegaram a existir]), contudo é um espaço que deixou de comportar o seu uso inicial – de casa de habitação – tendo entrado num acentuado estado de declínio e encontrando-se hoje em ruína, praticamente à beira de colapso.

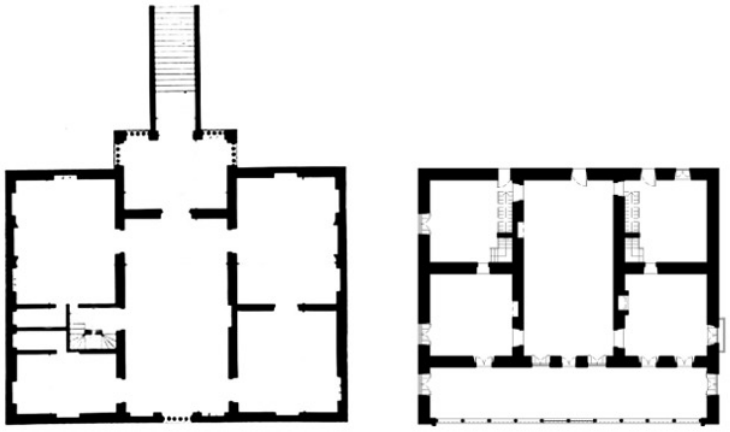


Figura 1- Planta da Villa Forni-Cerato, de Palladio (ca. 1540), à esq., e planta de Valflores (ca. 1550), à dir.

Fonte:
Planta da *Villa* de Forni-Cerato: Wikipédia e desenho técnico de Valflores com base no trabalho de Luís Mateus.

Apesar do seu evidente estado de degradação, considera-se que o edifício, as estruturas envolventes e o lugar que o rodeia, possuem ainda características passíveis de interesse, quer para o estudo deste género de edifícios, bem como para o estudo desta linhagem de arquitetura renascentista. Para que tal seja possível, há que proceder a uma intervenção de reabilitação e

devolvê-lo à comunidade, dar-lhe um conjunto de usos que careça de cuidados que, por sua vez, impeçam o seu declínio.

E por que é que havemos de reabilitar e não simplesmente deixá-lo ruir? Uma questão que levanta todo um elenco de outras questões, às quais genericamente podemos oferecer as seguintes respostas:

- Porque este é um edifício com características exemplares como poucos em Portugal, e o seu estudo mais aprofundado poderá revelar dados relevantes;
- Porque a arquitetura é para ser vivida e não para ser meramente admirada, quer como um espetáculo de beleza, quer como um espetáculo de decadência;
- Porque há que dar uso ao que existe, e apesar do custo da sua reabilitação, o uso deste espaço seria uma mais valia para a comunidade;
- Porque o "património-museu" não é viável, e um edifício desta magnitude tem de se sustentar, por isso, conservar-se só para "ver e ser visto" não é uma opção;
- Porque a arquitetura é mutável e adapta-se às várias épocas e contextos que atravessa, numa perspetiva trans-histórica da sua existência;
- Porque a arquitetura requer uma utilidade, caso contrário seria apenas escultórica ou de caráter temporário;
- E porque, como dizia, Victor Hugo, "temos de prestar contas do passado ao futuro" (Hugo *apud* Choay, 2011: 149). Que justificação, que razão, daríamos às futuras gerações para ter deixado que um exemplo de uma das escassas *villas* renascentistas em território nacional, ainda com uma parte significativa da sua envolvente e estruturas de apoio completas, desaparecesse? Como dizia John Ruskin: o património pertence parcialmente a quem o construiu, e parcialmente àqueles que nos sobrevirão (Ruskin, 1883: 197). Nós somos cuidadores até que passemos a responsabilidade a quem se seguir.

II. Objetivos/Perguntas de Partida

Sendo hoje as nossas gerações as guardiãs moral e eticamente responsáveis pela preservação e conservação do património que nos foi legado, em relação a Valflores surgem as questões:

- Como é que se intervém num espaço tão simbólico e carregado de valores, sem o 'descaracterizar'?

- Como é que se lhe devolve a vida, que, entretanto, perdeu, sem ferir essa 'sacralidade' que a comunidade lhe abona?
- O que fazer daquele espaço para que deixe de ser percecionado como uma ruína eminente e volte a ser novamente utilizado sem ferir a sua essência?

É nosso objetivo dar resposta a estas questões, e com elas esboçar uma proposta sobre o que poderia ser a reabilitação deste espaço, para que seja de novo usado, para que seja vivido de forma quotidiana sendo assim o seu cuidado uma ação constante. Forma de evitar, num futuro mais ou menos próximo, outra reabilitação de fundo que dessa vez poderá ser desnecessária.

III. Metodologia

Para iniciar este exercício procedemos à consulta de diversas monografias, artigos, trabalhos académicos, legislação, entre outros tipos de publicações, físicas e/ou em rede, através das quais analisamos o fundo disciplinar no âmbito da reabilitação, ainda que aliada à da conservação e restauro, bem como pudemos ter acesso a diversos casos de estudo que tiveram como base de conceção a reabilitação dos destroços remanescentes das construções originais. O estudo da parte teórica e a análise de diversos casos de estudo deu-nos então alguns princípios basilares a aplicar no nosso exercício, que consiste na reabilitação de um antigo Palácio renascentista, transformado em albergue das mais diferentes espécies de animais de quinta (Mateus *apud* Pires, 2016: 275) e posteriormente votado ao abandono, e do parque que o envolve, anteriormente parte do complexo que formava uma quinta de recreio dedicada à prática da vilegiatura e do cultivo, essencialmente, de árvores de fruto e horta (Fernandes *apud* Pires, 2016: 215). O conceito base pauta pela manutenção dos elementos característicos que qualificavam este estilo arquitetónico e o complexo que os envolvia (zonas de mata/bosque, zonas de cultivo, jardins, recursos hídricos [com as determinado tipo de estruturas hidráulicas características: como o aqueduto, os tanques de água, os poço e as noras, condutas subterrâneas e à superfície, levadas de escoamento, minas de água, *etc*.], capela, casa senhorial e outras dependências afetas à vivência dos trabalhadores e do armazenamento de alfaias e excedentes agrícolas[como é o caso do piso -2 que albergava as lojas da casa]). Com este intuito em mente, e sendo este um tema que abrange diversas áreas do saber, procuramos analisar o tema através de diversas perspetivas. Procedemos, por isso, à consulta de diversos autores que, sendo de diferentes áreas, se articulam e complementam conseguindo-se formar um quadro mais amplo,

mas também preciso sobre o que é a uma reabilitação e sobre o que eram as quintas de recreio e de que forma estas têm sido recuperadas e utilizadas na contemporaneidade.

IV. Estado da Arte

No que respeita ao tema da reabilitação em Portugal, a temática tem tido diversos tipos de abordagens adquirindo diversas designações e terminologias consoante o foco analítico sobre o qual determinado autor toma partido. Distinguem-se, pelo menos, seis áreas de referência que focam a análise da reabilitação arquitetónica:

- Em obras de referências que giram em torno da história da reabilitação, incidindo fortemente na história da conservação e restauro por conta do cruzamento das duas disciplinas, no século XVIII, que integrava a reabilitação nos primeiros indícios de preocupação da preservação e da salvaguarda deste tipo de património;
- Nas obras generalizadas referentes à História da Arte, onde se encontram entradas exclusivamente sobre arquitetura;
- Em artigos de imprensa, atas ou em publicações decorrentes de congressos e/ou seminários que versam sobre o tema (em geral ou particularizando-o);
- Em publicações de carácter regional, mormente dedicadas à difusão do património local;
- Em monografias e investigações de ordem académica consagradas ao tema em geral, à vida e obra de determinado arquiteto ou sobre determinados casos de estudos em que a reabilitação se assume como uma força maior.
- Mas também, em legislação, diplomas e cartas, nacionais e de âmbito internacional que visam, e visaram ao longo dos anos, promover boas práticas em intervenções no património de cariz arquitetónico.

Tal como já aludimos este é um tema que toma diversos tipos de abordagens, conceitos, doutrinas e terminologias consoante a temática que é tratada pelo autor, por isso, podem surgir contributos oriundos das mais distintas disciplinas do saber. Dessa forma, para a construção deste trabalho buscámos conhecimento em fontes de informação tão distintas quanto a história, a prática da construção, a filosofia ou mesmo os reticulados jurídicos e, contudo, todas estas fontes se revelaram frutuosas nesta jornada, complementando-se ou mesmo tocando-se em diversos pontos.

Sobre as ruínas, porque esse é o estado de manutenção em que o nosso objeto de estudo se encontra, recorremos a autores como George Simmel, Carlo Carena e Vitor Serrão no texto introdutório ao livro de Gastão de Brito e Silva "*Portugal em ruínas. Uma história cripto-artística do património construído*". Cujos escritos sobre a ruína – a sua natureza humana (filha de determinada cultura) *versus* a força moldável da natureza –; o modo como o construído se tornou ruína e símbolo de decadência; os valores que a ruína encerra em si; e, a atmosfera presente no lugar e entre os que a rodeiam, e têm vindo a rodear ao longo dos séculos - se cruzam com as ideias de outros autores de outras áreas diferentes. Como o caso de Pierre Nora, Marc Augé, Françoise Choay ou Pierre Bourdieu que marcam as ruínas, estes vestígios da humanidade como *lugares de memória*, lugares votivos e simbólicos cuja simples presença, por vezes, apenas de um amontoado de pedras desconexas, que ainda hoje tem uma força incomum sobre o ser humano e como este (na sua grande maioria) se une de forma unânime para proteger e salvaguardar estes 'restos', para os delongar o mais possível por um futuro distante. Estes vestígios tornam-se assim testemunhos materiais da história e é sobre eles que os historiadores, entre outros técnicos, agem, por forma a extrair informações que nos levem a conhecer mais sobre o passado, estes vestígios, tornam-se assim, como diz Marc Bloch "uma das formas que a humanidade tem de fugir ao esquecimento e, eventualmente, à *ignorância*" (Bloch, 2016: 137; destaque nosso em itálico).

Desenvolveu-se o que Alois Riegl chamou de *culto moderno aos monumentos* e, considerando este culto – o carácter simbólico e o desejo de perpetuação destes vestígios ainda mais longe no futuro –, nasceu a necessidade e a preocupação de os preservar e proteger. Entrou em campo a legislação como uma forte medida de proteção destes "restos" das civilizações passadas, facto que ainda hoje detém um ímpeto decisivo na preservação e conservação do património.

"Sejam quais forem os direitos de propriedade, a destruição de um edifício histórico e monumental não deve ser permitido [...], seguidamente, um louvável lamento apoderar-se-ia de nós, queríamos reconstruir estes prodigiosos edifícios, mas não podíamos fazer. Não temos a genialidade desses séculos." Victor Hugo (apud Choay, 2011: 147). Conforme afirmava Victor Hugo, não bastava protegê-los, havia que conservá-los. Mas para tal era necessário saber como intervir. Surgiram diversas teorias e *parxis* interventivas: John Ruskin, Viollet-Le-Duc, Camillo Boito ou Cesare Brandi, entre outros, foram percursores em teorias e modos de fazer, e embora

as teorias e perspetivas de atuação fossem distintas, a maioria, defendia a necessidade de apoiar essas intervenções físicas com o conhecimento do objeto a intervir.

Foi quando entraram em campo os historiadores, tanto da arte como documentais e outros técnicos, à semelhança dos arqueólogos, que classificaram os diversos períodos artísticos consoante os desenvolvimentos e contextos em que estes apareceram, e pelas formas como se apresentavam (estética). De uma forma geral foram vários os homens de letras que se debruçaram sobre o estudo da história das gentes, dos lugares e de determinados vestígios de gerações passadas. No âmbito internacional, Jukka Jakilehto, fez um resumo sobre o que tem sido o histórico das intervenções no património arquitetónico ao longo dos séculos. Em Portugal, Jorge Custódio, acompanhado de diversos outros autores, fez também um breviário geral do que foram as teorias e práticas de proteção e de conservação e restauro levadas a cabo em território nacional entre 1910 e 2010. Sobre a intervenção dos quadros legais, cartas e diplomas de âmbito nacional e internacional, as diversas monografias publicadas por Flávio Lopes, em parceria com outros autores, foram também uma base sobre o modo como a legislação determina a prática da proteção do património.

Para este caso em particular, elegemos o período do Renascimento, a sua arquitetura e, mais especificamente, as quintas de recreio e a prática de vilegiatura. Recorremos ao auxílio dos historiadores e investigadores George Kubler, Rudolph Wittkower, que abordaram o tema da arquitetura renascentista em Portugal de uma forma mais abrangente, e de José Eduardo H. Correia, José Manuel Fernandes e Amílcar Gil Pires, que nos deram a conhecer a face das ditas quintas de recreio renascentistas e da prática da vilegiatura em Portugal.

Depois de conhecer o movimento e, mais concretamente, esta tipologia de edifícios investigámos a *praxis* e o *modus faciendi* contemporâneo sobre a maneira de intervir em edifícios antigos; recorremos por exemplo, no âmbito internacional, às monografias de Bernard Feilden, sobre como intervir em edifícios históricos, dando vários exemplos de edifícios britânicos que foram alvo de diferentes sinistros que os conduziram ao estado de quase, ou de efetiva ruína. Em território nacional, socorremo-nos das publicações da autoria de João Appleton, Vítor Cóias e José Aguiar no que respeita às metodologias de intervenção em património edificado em solo português. Para o caso concreto do Palácio de Valflores, foram vitais os trabalhos desenvolvidos por Luís Mateus, individualmente ou em co-autoria com

outros investigadores, sobre o edifício, o seu estado de conservação e sobre os métodos mais pertinentes a utilizar na consolidação estrutural deste edificado.

Vários autores estiveram na base da conceção deste projeto, e todos os seus trabalhos contribuíram para o conhecimento e cruzamento de informações sobre o objeto a estudo e sobre as práticas e teorias de intervenção no património edificado. Fundamental foram também as correntes publicações que a Associação de Defesa do Património e Ambiente Cultural de Santa Iria da Azóia coloca na sua página oficial disponível *online*.

V. Estrutura e Organização

Numa primeira fase, colocamos por escrito aquilo que considerámos essencial saber sobre os *lugares de memória* e sobre o conceito de ruína. De que forma estes dois conceitos se cruzam e marcam os lugares onde se implantam e as pessoas que os têm vivido ao longo dos tempos. Debatemos sobre valores que lhes são intrínsecos, não obstante o seu estado de conservação e sobre a ação do tempo nestes espaços e/ou vestígios, como esta quarta dimensão é tão responsável pelo seu estado de 'decadência' e ao mesmo tempo pelo seu enraizamento no espaço, no próprio tempo e na memória (individual e coletiva).

Uma segunda parte conduz-nos pela reflexão sobre o que foi, e o que têm sido, os atos de reabilitação em património construído e qual a importância da preservação deste tipo de bens. O que é um ato de reabilitação e o que é ele implica em locais que se encontram fortemente enraizados no imaginário coletivo e no espaço que o acolhe. Como se têm realizados tais atos interventivos, desde as teorias e práticas mais fundamentalistas do século XIX, à fusão de ambas em teorias e *modus operandi* menos exuberante, complementadas pelo estudo do objeto a intervir, do seu contexto e do seu historial. A forma como um ato de reabilitação se torna num ato de estudo e ação, levado a cabo não por um único especialista, mas antes por uma equipa formada por vários técnicos, provenientes das mais diversas e divergentes áreas do saber que, no entanto, se conjugam para conhecer um único objeto que comporta informações relevantes para tantas áreas.

Posteriormente passamos ao estudo e ao exercício interventivo sobre o nosso objeto de estudo. A terceira parte deste trabalho, compreende a memória descritiva e justificativa que caracteriza a proposta e as opções tomadas no ato de reabilitação no edificado e o seu historial. O mesmo

se passa para com o complexo que lhe é adjacente. Ao optarmos por dar preferência ao Palácio de Valflores, não implica que apenas se intervenha sobre a construção nobre, pois esta era parte de um todo constituído por diversas partes das quais não pode ser 'amputado'. Dessa forma, promovemos uma intervenção sobre o Palácio e propomos igualmente uma sugestão para o que poderia, eventualmente, ser a quinta e o aproveitamento dos sítios onde se implantam os anexos existentes. Os desenhos que refletem a proposta apresentada são incorporados nos 'Anexos' deste documento, sendo então complementados pela Memória Descritiva.

VI. Contributos do Estudo

Pretende-se que este trabalho seja mais um passo na divulgação de um edifício com um carácter patrimonial ímpar que carrega em si valores de várias ordens e do qual pouco se conhece, sem ser o facto de ser notícia constante pela sua iminente derrocada. Este estudo visa uma proposta de requalificação de um espaço com particularidades que, aproveitadas e desenvolvidas constituiriam benefício para aqueles que ocupam o território em seu redor, a par de um imenso contentamento para aqueles que viveram efetivamente aquele espaço diariamente antes de ter sido votado ao abandono.

2. LUGARES DE MEMÓRIA E RUÍNA

O caso a estudo centra-se sobre um *lugar de memória* que se encontra em ruína. Sendo a ruína aquilo que sobeja da arquitetura em estado crítico, e o *lugar de memória* (segundo Pierre Nora) os "restos, a forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa" (Nora, 1993:12) que sobrevive do sentimento nutrido por aqueles sobre quem esse lugar exerce algum tipo de afinidade e com o qual os indivíduos sentem algum tipo de relação. Conforme expõe Carlo Carena, a ruína é um testemunho vivo do poder destrutivo do tempo. As ruínas conferem à paisagem a marca da humanidade de que estão imbuídas, abrindo-se assim toda uma dimensão histórica que abrange não só a ruína como também a paisagem e as gentes próximas.

A ruína pode ser então classificada como um lugar de memória, um vestígio deixado num determinado lugar afeto a um grupo ou comunidade, que pode ser definido "como identitário, relacional e histórico" (Augé, 2006:67), logo com as características de um lugar antropológico. Estes dois conceitos, ruína e lugar de memória, coabitam desse modo numa espécie de 'realidade paralela' que absorve e difunde a essência de dois tempos: daquele que *foi*, que marcou a sua existência primária; e daquele que é, o que marca e identifica a sua presença na contemporaneidade e a sua relação com as gentes de agora. Estes vestígios/restos, atingem, pelos valores que lhes são atribuídos, uma aura intrínseca de simbolismo e sacralidade, embora a sua essência não seja estática.

A ruína pode apresentar, consoante o seu estado de conservação, além do seu valor intrínseco arquitetónico e material, valores artísticos, culturais e históricos que não devem ser rejeitados, mesmo que o que reste seja apenas um 'monte de escombros', porque, de qualquer forma, aquela construção continua a fazer parte da memória do lugar e das gentes. É o que Alois Riegl classificou como "culto do valor de antiguidade" (Riegl, 2013: 27-34), materialmente expresso através das marcas do tempo, de anciania e decadência.

Um dos fatores prementes da ruína é o tempo. Essa quarta dimensão é a que determina a historicidade e o sentimento de pertença do vestígio ao lugar e à comunidade circundantes. É também o tempo que permite que o apego e a afeição criem raízes em ambas as partes (lugar e comunidade). Intervir numa ruína é assim mexer na memória (do lugar e do coletivo). Poder-

se-á por isso, considerar que um edifício só é totalmente aniquilado quando: as suas ruínas; os registos que existem sobre si; ou a memória coletiva que sobre ele recai; desaparecerem de vez.

A arquitetura, para além de ser a arte de projetar edificações (Vitrúvio, 2006: 40) e de dar resposta a necessidades espirituais, éticas, estéticas e ontológicas (Rodrigues *et al*, 2005: 44-45), ela é a personificação das contínuas modificações que o tempo acrescenta à edificação original. Seguindo esta linearidade histórica, Antón Capitel, em *Metamorfosis de Monumentos y Teorías de la Restauración* (1992), define a 'idade dourada' como a fase inicial da vida do edifício, aquela em que ele cumpriu com as funções programáticas inicialmente determinadas, e a 'mera recordação' como o hiato temporal entre a época em que este deixou de cumprir com essas funções primeiras – perda de *utilitas* –, e a de ser percecionado como ruína. Não obstante, em nenhuma dessas épocas o edifício deixa realmente de viver ou ser relevante. Os registos materiais (vestígios físicos e registos escritos e/ou iconográficos) e memórias sobre esse edifício são os principais responsáveis por essa presença constante.

Por causa desse vínculo histórico que os cinge determinados edifícios é que estes são classificados de património e/ou monumentos, adquirindo desse modo um estatuto especial de proteção. Estas classificações assentam em determinadas particularidades que esses edifícios apresentam e que se revelam de interesse à celebração da história e ao estímulo da memória coletiva.

3. INTERVENÇÕES EM RUÍNAS/LUGARES DE MEMÓRIA E A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO

Nesta segunda parte, em que tratamos das intervenções propriamente ditas nos ditos lugares de memória importa elencar as diferenças entre os conceitos mais utilizados nesta área, sendo que por *manutenção*, se entende que se trata de um trabalho de rotina necessário para manter o edifício num estado próximo ao de raiz, incluindo todos os seus componentes (jardins, equipamentos, entre outros). Deve também ter uma ação preventiva em relação a potenciais danos, conhecendo-se igualmente os processos de decaimento das estruturas e durabilidade dos materiais. Deve ter na base um plano de trabalhos com identificação de ações e a sua periodicidade, bem como uma previsão dos custos associados. É a combinação de ações técnicas e respetivos procedimentos administrativos que durante a vida útil do edifício se destinam a assegurar que este desempenha as funções às quais foi destinado. Por *restauro* subentende-se uma ação levada a cabo num edifício, ou parte dele, que está degradado, em ruína ou que se considere inapropriadamente reparado no passado, sendo esta ação de 'alteração' executada com o objetivo de colocá-lo de acordo com o desenho, ou aparência de uma determinada época à qual se reconhece maior valor de autenticidade. Pretende recompor o seu ambiente e lógica arquitetónica, devendo para isso existir um conhecimento profundo da sua técnica construtiva e da sua inserção nas correntes arquitetónicas e/ou estéticas do tempo. Este respeito pelo passado e as técnicas pressupõe que antes da realização do projeto e escolha de soluções de intervenção se proceda a um amplo estudo documentando-o, bem como uma investigação e seleção das soluções mais adequadas a cada caso. *Conservação* refere ações de salvaguarda relativa a acidentes históricos com a combinação de proteção e reabilitação ativa. Conservação é um estado ou um objetivo e não, em sentido técnico, uma atividade. Por fim, *reabilitação* refere qualquer ação que assegure a sobrevivência e a preservação para o futuro de edifícios, bens culturais, recursos naturais, energia ou outra fonte de conhecimento com valor. Enquadra-se em vertentes de intervenção para uso futuro do edifício, pelo que a avaliação da função adequada/compatível com as respetivas estrutura e a tipologia é uma das premissas deste processo. Por este facto, não se pode considerar reabilitação os casos de demolição total do interior e simples manutenção das fachadas (*fachadismo*).[1]

[1] Definições retiradas do *Manual de Reabilitação e Manutenção de Edifícios. Guia de Intervenção.* Da autoria de Tavares *et al*, 2011: 5-6.

É numa fase mais avançada da sua existência, que os edifícios, devido à sua ancianidade, começam a revelar diversas patologias associadas a este estado. Patologias estas só tratadas, na maioria dos casos, com atos de intervenção estrutural. Estes, porém, devem considerar toda a existência do edificado e com isso todos os acrescentos, ou supressões, que o tempo lhe outorgou. Estas ações têm como objetivo a recuperação da perda material do edificado, ou o resgate da memória coletiva. Não obstante, e porque a intervenção em edifícios históricos foi uma constante ao longo dos séculos, a ação de atuar sobre o edificado não significa a perda ou a destruição total dos valores que lhes são incutidos, ao contrário. Tendo sido desde sempre prática comum, as novas intervenções são sinónimo de uma 'nova vida', que permite uma nova 'idade dourada' da construção. Tal como já aludimos, a essência destes espaços não é estática, são locais de metamorfose como afirmam Capitel e Nora. Segundo este último:

> O tempo, a história e a mudança intervêm, são lugares híbridos, mistos e mutantes, intimamente ligados aos ciclos de vida e morte, tempo e eternidade, cuja perceção, aceitação e interpretação se mescla no conjunto do individual e do coletivo, do comum e do sagrado.
> Nora, 1993: 21-22

Sendo objetos que valem por si próprios. Na mesma linha de pensamento, Georg Simmel considera que as ruínas são sítios que escapam à vida, mas que, de certa forma, continuam a atuar sobre nós (Simmel, s/d: 3).

3.1. A Importância da Preservação

Esta realidade dual remete para a relação da ruína com a história e o carácter do lugar, sendo por isso essencial, para a compreensão da ruína, a compreensão do contexto da sua origem, do lugar onde esta se implanta e da sua relação com o homem. Norbert-Schulz denomina esta relação de: *espaço-existencial*, aquele que cinge as relações básicas entre a humanidade e o meio ambiente. Conceito que é complementado pelos termos: *orientação* e *identificação*. "O Homem habita quando se consegue *orientar* em e *identificar-se* a si próprio com o meio envolvente ou, quando experimenta a envolvente como significativa" (C. Norbert-Schulz *apud* Pires, 2008: 116, destaque em itálico nosso).

O ato de habitar pressupõe uma intervenção humana no território. Ao fazê-lo induzem-se referências, que se materializam sob a forma de arquitetura. Esta fará a distinção e o parcelamento territorial entre: o 'meu' espaço, e o espaço do 'outro'. Começa então a surgir

uma espécie de manta cuja trama se vai compondo de cheios e vazios que comportam um conjunto de ideias e normas - o prolongamento da humanidade no espaço. Este conceito é materialmente expresso pela obra edificada, a arquitetura que, segundo Amílcar Gil Pires, exprime a identidade do ser humano, bem como a identidade do lugar (vulgarmente conhecido por *Genius Loci*[2]), com as suas características e limitações que podem, ou não, estender-se pelo tempo conforme seja a sua tenacidade identitária e relacional com aqueles que o rodeiam.

> O *Genius Loci* demonstrou, em muitos casos, ser bastante forte para predominar acima dos ciclos das mudanças políticas, sociais e culturais. [...], a 'verdadeira grande cidade' caracteriza-se por um *Genius Loci* especialmente pronunciado. (Norbert-Schulz apud Pires, 2008: 118).

Com a passagem do tempo e com as mutações das ideias, das normas e dos lugares que regem o Homem, e que este ocupa, surgem as ruínas. É com base nessa noção de temporalidade e historicidade que a conservação dos vestígios legados por gerações anteriores se levanta. Tem-se admitido a museificação dos vestígios do passado com vista à divulgação da memória coletiva. Este ato implica a montagem de um "espetáculo" capaz de apelar aos sentimentos e emoções das gentes não apenas pela força emanada dos vestígios/monumentos enquanto materialização corpórea do passado, mas também através de encenações revivalistas desse *tempo transcorrido*[3].

Não obstante, nem sempre se deu esta apropriação dos edifícios do passado com o intuito único de os museificar, ao invés, as gerações coetâneas tinham tendência a utilizar essas construções no seu quotidiano, não existindo qualquer motivo aparente para que tal não ocorresse. A construção não era um trabalho tão simples como o é hoje em dia, acontecendo o mesmo com a aquisição e tratamento de matérias-primas. Desse modo, não se questionava o emprego de técnicas, formas e materiais coevos em contexto antigo, bem como a refuncionalização de tais construções. Estas ações modificadoras contínuas permitem-nos hoje detetar os diferentes tempos (diferentes modos de saber e fazer), pelos quais o edifício passou. Falamos de alterações

[2] "*Genius Loci* é um conceito romano. De acordo com as crenças romanas qualquer ser 'independente' tem o seu '*genius'*, o seu espírito guardião. Este espírito dá vida às pessoas e aos lugares, acompanha-os do nascimento até à morte, e determina o seu carácter ou essência. [...] O '*genius'* denota o que um objeto é ou o que este quer ser [...]" (C. Norbert-Schulz apud Pires, 2008: 117).

[3] Sobre este enredo montado em torno de determinados objetos por forma a apelar à unidade comunitária, ao sentimento de unidade grupal e, em suma, à dita identidade nacional, em prol da qual têm sido criados estes "espetáculos patrimoniais" *vide* a 2ª parte do artigo de Luís Raposo Pereira: "*Património, Memória e Poder: Expressão assumida pelos museus do Estado Novo*", de 2012.

efetuadas por escolhas pessoais ou necessidades coetâneas que não foram alvo de aturadas reflexões teóricas, quer porque não era prática comum, quer porque, à data, muitos destes edifícios, agora classificados como monumentos e propriedade do poder instituído, eram propriedade privada, subordinando-se apenas à moda, ao gosto, e/ou às escolhas individuais dos seus proprietários.

Tais refuncionalizações refletem-se na alteração estrutural dos edifícios para que o construído pudesse acomodar adequadamente aos novos usos que lhe cabiam cumprir. Muitas vezes essas alterações passavam por ações de grande envergadura, sendo necessário 'desconstruir' para construir de novo, o que contribui para o aparecimento de imagens distintas do mesmo edifício. Mas são estas imagens distintas que conferem simbolismo à construção, pois marcam a adição de novas marcas e usos que, ao maturarem ao longo dos tempos, se tornam, grosso modo, parte intrínseca da história da construção. Tal como declara Pierre Nora, já supracitado, estamos perante edifícios que se metamorfoseiam e se adaptam aos vários tempos que atravessam. "[...] heritage had to be experienced to be heritage. What also becomes apparent is a sense of the importance of memory, remembering and of performance." (Smith, 2006: 47).

No mundo contemporâneo, em que os contextos históricos, sociais e culturais se alteraram rapidamente, a preservação destes edifícios/monumentos tornou-se numa preocupação generalizada que envolve não só as entidades públicas/estatais, como entidades privadas e cidadãos particulares. Estudar e conhecer estas construções não basta, é necessário levar a cabo ações que as protejam da ruína e do esquecimento, que impeçam a sua desintegração e consequente desaparecimento. Desaparecimento esse que seria nefasto para o conhecimento geral do seu contexto passado, uma vez que, um ponto, como todos e cada um dos pontos, se unem para formar uma linha, e consequentemente uma trama.

Para servirem os empreendimentos do presente é necessário que estes espaços, mais do que projetarem a sua estética, alegadamente, autêntica, assumam a sua contemporaneidade, quer no seu modo de uso (refuncionalização), quer no discurso que disseminam. No entanto, a complexidade e multiplicidade das condições e necessidades funcionais provenientes de tais complexos geram obstáculos. Contorná-los implica tomar aquelas que se julgam as melhores decisões, deliberando caso a caso e fundamentando tais escolhas e, embora as ruínas tenham "direito à sua própria inutilidade" (Serrão *apud* Brito, 2014: 11), como vai referindo Françoise

Choay ao longo de *Alegoria do Património*[4], há que fazer uma avaliação entre o 'ainda não' e o 'não mais' (Simmel, s/d: 4).

In extremis os dois pólos opostos seriam o da conservação ou o da demolição. Sendo que a demolição implicaria a completa incapacidade de extração de qualquer tipo de informação da estrutura e do lugar de implantação; uma já total falta de pontos de apoio sobre os quais se sustentar uma reabilitação, fisicamente falando; o facto de a ruína apresentar já escasso (ou nenhum) valor histórico, cultural e artístico; e ainda por não passar já de um amontoado amorfo de pedras sem qualquer tipo de leitura. Há também que considerar o facto de a intervenção poder atingir um tal montante em termos, económico que esta se torne inviável. A opção pela conservação do edificado pressupõe ainda a existência de traços originais, valores e de informação passível de ser extraída. Para além de se apurar a presença de aspetos históricos e culturais, há ainda a considerar o facto de a estrutura não poder ser suficientemente robusta para resistir a tal intervenção. A par destas há ainda a considerar o impacto que tal interferência terá na *malha* social, *envolvente* ambiental e *tecido* económico-financeira inerentes. Quando se considerem que tais condições estão reunidas para a manutenção do edificado, esta deveria avançar com a maior rapidez e eficácia possível, para evitar os avanços que o tempo e a ação humana poderão ter sobre o objeto. Caso contrário, estaremos perante uma realidade anti-patrimonial, como afirma Vítor Serrão no seu prefácio a *Portugal em Ruínas*. "Conservar passa por aplicar medidas de revitalização ou de afetação a novos usos, porque a inutilidade, o desuso e o abandono se traduzem rapidamente em degradação" (Raposo, 2003: 38).

Uma reabilitação pressupõe sempre uma alteração, com uma envergadura maior se falarmos de intervenção em ruínas (como é o nosso caso). Mas uma reabilitação não tem forçosamente que pressupor a perda de identidade e/ou de valor arquitetónico, ainda que o resultado estético-funcional último seja distinto da sua figura e função, alegadamente, originais. A intervenção tem que conhecer e respeitar a pré-existência, a sua identidade e o seu carácter. Deve antever a organização espacial proposta de modo a conseguir conciliá-la com o antigo/a pré-existência. O que se pretende não é um revivalismo do passado, mas antes a adição de uma nova camada

[4] As ruínas vão atingindo o seu estatuto de 'inutilidade' pelo abandono a que vão sendo votadas e pelas mutações a que estão sujeitas, no tempo, no espaço e na sua própria materialidade/fisicalidade. Fatores que lhes vão atribuindo o epiteto concreto de ruína, cuja *utilitas* se perdeu, adquirindo assim esse carácter 'inútil'. (CHOAY, 2006: 105, nota 24).

temporal consequente de novas necessidades e realidades. Um comportamento que segue uma tradição ancestral de uso dos espaços e não da sacralização/museificação dos mesmos, atividade recente que remonta apenas ao séculos XVIII-XIX. "Heritage wasn't only about the past [...] it wasn't just about material things [...] heritage was [...] an act of making in and for the present." (Smith, 2006: 1).

O edifício, a arquitetura, adquire a sua própria herança histórica e os seus valores próprios, distintos de todos os dos seus congéneres porque ele próprio conta uma história, a sua história. Esta é uma das particularidades a considerar quando se delibera sobre uma possível intervenção, ou demolição da construção, ou do que dela resta.

3.2. Preservação Histórica

Tal preocupação para com o futuro das construções antigas e o modo como se havia de intervir sobre elas é um processo que acarreta duas fases: a primeira, à época da Revolução Industrial (1760-1820/40); e a segunda que tem as suas raízes no período pós-Revolução Francesa (1789), ambas no final do século XVIII, mas cujas repercussões se estenderam e desenvolveram em pleno na centúria seguinte.

O advento da Revolução Industrial e o consequente panorama social, ambiental, económico e cultural que daí resultou foi um alerta de que o mundo mudara e não iria retroceder. Foi um momento que ficou marcado por uma crescente fuga ao presente industrializado e pelas denúncias sobre as condições sociais que haviam tomado uma trajetória de declínio alarmante[5].

No pós-Revolução Francesa deu-se o grito de alarme com o que se andara, e andava então a fazer com o património. Esta última revolução havia despertado uma sanha anti-patrimonial, onde todos os vestígios que sugerissem qualquer essência relacionada com a realeza ou com a nobreza, eram de imediato erradicados, quer pelo seu desmantelamento e reaproveitamento dos materiais, quer pela sua destruição efetiva. Victor Hugo foi um dos denunciantes desta situação em França, ao qual se juntaram outras vozes, a nível internacional, que lançaram as bases,

[5] A título de exemplo: Charles Dickens (1812-1870) foi um desses denunciantes, com, por exemplo, o seu livro cuja história gira à volta de Oliver Twist, e William Morris (1834-1886), foi um desses fugitivos do presente com a sua estética medievalista com cunho tradicional que preconizou através do movimento Arts and Crafts.

inicialmente apenas teóricas, para o que se viriam a consagrar como 'medidas de proteção e salvaguarda do património' da era moderna.

O século XIX trouxe consigo a ideia de que o presente tinha um dever para com o passado[6], ou seja, ao contrário do que antecedera, devia acolher-se e respeitar-se o que chegara a esse momento presente, e legar essa herança, o mais intocada possível, às gerações vindouras. Deu-se início à institucionalização do património móvel e imóvel, encerrando-os em museus, tornando-os museus (no caso dos edifícios ditos notáveis) ou atribuindo-lhes graus de classificação e proteção que restringe a natureza, quantidade e qualidade de ações a desenvolver sobre estes. "We have no right whatever to touch them [the buildings of the past]. They are not ours. They belong partly to those who built them, and partly to all generations of mankind who are to follow us" (Ruskin, 1883: 197).

A partir do segundo vinténio de novecentos, afirma Choay, os monumentos passaram a ser considerados insubstituíveis, pois todos os danos de que padecessem seriam irreparáveis e a sua perda seria irremediável (Choay, 2006: 119).

Victor Hugo, de entre os teóricos e ideólogos que se alongavam sobre o assunto do património, deu o mote para o que se transformaria na constituição do primeiro *corpus* legislativo sobre a preservação de bens patrimoniais, móveis e imóveis. Em 1825, o autor iniciou a publicação de dois manifestos, intitulados "*Guerra aos Demolidores!*", nos quais denunciava as atrocidades que se vinham a cometer contra o património[7] e chamando a atenção para a importância desses mesmos bens.

> Sejam quais forem os direitos de propriedade, a destruição de um edifício histórico e monumental não deve ser permitido [...] seguidamente [...], queríamos reconstruir estes prodigiosos edifícios, mas não podíamos fazer. Não temos a genialidade desses séculos.
> (Victor Hugo *apud* Choay, 2011: 147)

Este manifesto, de 1830, serviu de base à promulgação do *corpus* legislativo francês para a

[6] "Devemos prestar contas do passado ao futuro [...]". Victor Hugo (*apud* Choay, 2011: 149).

[7] "Já não se restaura nada, nada se deteriora, já não se desfigura um monumento, deita-se abaixo [...]". Victor Hugo (*apud* Choay, 2011: 148).

efetiva proteção do património cultural e teve repercussões, servindo posteriormente de modelo a outros diplomas europeus[8]. Portugal seguiu igualmente o seu caminho, a pedra de toque revelou-se na sequência da Extinção das Ordens Religiosas, em 1834, quando o Estado colocou à venda, em hasta pública, os bens nacionalizados[9].

Apesar da iniciativa fundamental e primordial, da conceção de um *corpus* legislativo que visava a proteção e a conservação dos bens considerados de interesse, continuava a não existir um conjunto de normas referentes à *praxis* da conservação e restauro do património em si. Foi no contexto teórico-científico e experimental do século XIX que emergiram duas personalidades que deixaram marca no panorama internacional, pelas suas teorias, critérios e modos de intervenção no edificado. As duas abordagens, muito específicas, acabaram por determinar os extremos das intervenções de conservação e restauro no património edificado, a abordagem de John Ruskin e a de Viollet-Le-Duc.

Ruskin recusava o 'falso histórico', expressando assim uma regra base deste tipo de intervenções: elas provocam, invariavelmente, alterações no edificado pelo que tais devem ser previstas e aceites. Defendia a tese de que o património edificado era como que 'sagrado' e por isso intocável. Para ele, um processo de restauro era uma mentira, do início ao fim:

> Do not let us talk then of restoration. The thing is a lie from beginning to end. You may make a model of a building as you may of a corpse, and your model may have the shell of the old walls within it as your cast might have the skeleton, with what advantage I neither see nor care: but the old building is destroyed, and that more totally and mercilessly than if it had sunk into a heap of dust, or melted into a mass of clay [...].
> (Ruskin, 1883: 196).

Considerava as intervenções de restauro tão funestas quanto o fogo ou a guerra (Ruskin *apud* Choay, 2011: 164)

Mas consentia a hipótese de intervenção, desde que esta se revestisse de um carácter ínfimo e

[8] Inglaterra, em 1882, com a instituição da *Ancient Monuments Protection*, e em 1885, com a fundação da *National Trust*; seguiram-se os países germanófilos, com a reforma do seu *corpus* teórico existente desde de 1807, com o contributo de Aloïs Riegl, em 1903 com a escrita d'*O Culto Moderno dos Monumentos*; e, entre outros passíveis de menção, a Itália, em 1902. Portugal daria os primeiros passos, concretos, na década de 70 de mil e oitocentos.

[9] Atualmente é a Direção Geral do Património (DGPC) que superentende às questões do património em Portugal, e a Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro é o que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural móvel, imóvel e imaterial.

conivente com o objetivo da sua proteção e/ou consolidação: "Façam-no, certamente, se podem reproduzir matematicamente o grupo de irisações, mas noutro lugar [...]. Não toquem no edifício verdadeiro, a não ser na medida em que pode ser necessário consolidá-lo ou protegê-lo" (Ruskin *apud* Choay, 2011:165).

Para Violett-Le-Duc, prevaleceu a ideia do retorno à essência original do objeto sobre o qual atuava, não apenas à custa do restauro integral (subtraindo as adições que considerava posteriores ou fora do sentido original da construção), mas também através da adição dos elementos que tinham ficado, segundo a sua perceção, originalmente inacabados. Le-Duc excluía dessa forma a evolução humana, a sua ação, a da natureza e do tempo sobre o edificado. As suas intervenções eram sinónimo de "uma restauração arbitrária e traumatizante" (Choay, 2011: 175). Nas próprias palavras de Le Duc: "restaurar um edifício, não é manutenção, reparar ou refazer, é restabelece-lo num estado completo que pode nunca ter existido" (Viollet-le-Duc *apud* Choay, 2011: 175). Era dada prioridade ao 'restauro estilístico' do monumento ao invés de ser considerada a sua historicidade. O edificado era assim sujeito à interpretação e intervenção, segundo a leitura que lhe era imputada. Em Portugal, durante a vigência do Estado Novo, mormente entre o final da década de 1930, e o vinténio seguinte, esta prática de "restauro estilístico" foi amplamente implementada por forma a dar à estampa as mais sublimes qualidades da nação, dentro de um programa inequivocamente ideológico.

Entre estes dois extremos, surgiu uma tese de intervenção mais moderada, exposta por Camilo Boito, em 1883, na III Conferência de Arquitetos e Engenheiros Civis de Roma, conhecida como "restauro filosófico" ou "restauro científico". Boito partilhava a opinião de Ruskin quando se opunha ao "falso histórico", mas concebia também uma visão parcial de restauro estilístico quando, *in extremis*, for "necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspeto artístico e pitoresco" sendo para tal "necessário que os complementos, se indispensáveis, se as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje" (Boito *apud* Sousa, 2013: 37). Em suma, a sua teoria divulga oito pontos a considerar aquando o restauro de um monumento histórico, a saber:

1. Diferenciar o novo do existente (diferenciação de estilos);
2. Assumir a diferença entre os materiais modernos e os pré-existentes;
3. Suprimir molduras e elementos decorativos na intervenção;

4. Expor ao público os elementos, eventualmente, removidos durante a intervenção;
5. Registo, *in loco*, da data da nova intervenção;
6. Disponibilizar, *in situ*, uma epígrafe descritiva dos trabalhos efetuados;
7. Efetuar um registo descritivo e fotográfico das diferentes fases de intervenção que deverá estar à disposição dos visitantes, e demais interessados, podendo ser apresentado no próprio monumento, nalgum repositório público próximo deste, ou publicado;
8. As intervenções levadas a cabo devem ser visualmente notórias.

Com estas considerações, enfatizou o facto de que 'restauro' e 'conservação' são processos distintos, mas que se intersetam nalguns pontos. As suas reflexões serviram posteriormente de base à conceção, em 1931, da designada Carta de Atenas que é, ainda hoje, a base que rege as intervenções a efetuar no património de cariz arquitetónico[10].

Estas são também as bases que regem o processo de restauro denominado de 'anastolise'[11]. Neste processo a matéria nova que é introduzida funciona apenas como suporte da antiga, sendo que a diferença entre ambas tem de ser destacada. É um processo que rejeita, à partida, uma reconstrução integral, devendo apenas aplicar-se às partes existentes, mas arruinadas. Ainda que diferentes, os novos materiais deverão respeitar ao máximo os anteriores e conferir um aspeto harmónico, ainda que distinto. E, a menos que se verifique ser estritamente necessário, substâncias 'químicos' deverão ser evitadas.

Deste modo, assume-se a intervenção (sem a mascarar), concebendo uma ponte entre o antigo e o novo mantendo a identidade e uma certa integridade do existente.

As cidades continuarão com o seu processo evolutivo, encontrando novas formas de uso para os edifícios antigos que as preenchem. Adotarão novos valores, conservarão uns e substituirão outros (de forma voluntária ou intencional, consciente ou inconsciente), ou acelerarão até o

[10] A par deste documento surgiram outros ao longo dos anos que têm como função emanar um rol de boas práticas no que concerne à proteção e salvaguarda de património cultural móvel, imóvel e imaterial, bem como sobre as melhores práticas a seguir em caso de intervenção. Estes diplomas são descritos na integra, e de forma cronológica em: LOPES, Flávio e BRITO, Miguel. *Património Cultural. Critérios e Normas Internacionais de Proteção*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014.

[11] Remontagem ou recolocação de elementos originais de uma determinada estrutura, que tenham sido removidos ou dispersos pela passagem do tempo ou ação humana. Esta operação somente será admissível, em casos em que a localização primitiva de um determinado elemento de uma estrutura esteja perfeitamente documentada (Luís, 2016: 63).

processo de degradação destes imóveis e/ou vestígios, através da ação humana ou natural. Devemos, porém, pensar sobre as formas de ocupação, apropriação e de uso destes espaços, por forma a não deixá-los morrer, esteticamente belos porque alvos de intervenções, mas sem vida por que não utilizados ou com um novo uso que não lhes serve. Como defendem vários autores, alguns dos quais já citados, o património necessita de ter uso, só assim se evitam reabilitações integrais e se impede o seu declínio.

4.CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que, agora que se vislumbra uma oportunidade de uma intervenção real a ocorrer naquele espaço, que um dos apanágios da reabilitação (a colaboração de várias disciplinas), amiúde aqui mencionado, não seja convenientemente esquecido. Pois só com a ação de uma equipa transversal a vários saberes, métodos e técnicas interventivas se poderá conhecer melhor o edifício e o complexo que o rodeia, mas também será vital para o desenvolvimento de uma proposta mais completa (a todos os níveis) capaz de devolver ao edificado o uso diário que faz com que a conservação preventiva destes espaços seja levada a cabo quotidianamente, ao invés de ser operada uma intervenção com a magnitude daquela que agora se espera.

5. BIBLIOGRAFIA

5.1. Bibliografia Principal

AAVV. (2010). *A Nova História da Arte de Janson – A Tradição Ocidental.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

AAVV. (1997). *Enciclopédia Einaudi. Memória-História*. Volume 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

AAVV. (1963). *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa: Mafra, Loures e Vila Franca de Xira*. Lisboa: Junta Distrital.

AAVV. (2016). *Projeto de Consolidação Estrutural, Restauro e Proteção de Elementos Arquitetónicos – Quinta e Palácio Valflores, Santa Iria da Azóia*. Loures: CML. (Policopiado).

ADPAC - Página oficial da Associação de Defesa do Património e Ambiente Cultural de Santa Iria da Azóia. Consultada numa base regular desde outubro de 2018. Disponível em:

https://www.facebook.com/ADPAC-Ass-Defesa-do-Patrim%C3%B3nio-Amb-Cultural-de-S-Iria-da-Az%C3%B3ia-1213728045371835/

AGUIAR, José e LOPES, Flávio. (2017). *Palácio de Valflores - Propostas de Reabilitação*. Compilação dos trabalhos da turma do 4ºAno no âmbito da cadeira da de Conservação, Restauro e Reabilitação. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

APPLETON, João. *Reabilitação de Edifícios Antigos*. Lisboa: Editora Orion, 2011.

AUGÉ, Marc. (2006). *Não Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.

AZEVEDO, Carlos de. (1971) *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. Lisboa, Livros Horizonte.

BENJAMIN, Walter. (2017). *O Anjo da História*. Lisboa: Assírio & Alvim.

BINNEY, Marcus e CARVALHO, Manuel Rio. (1987). *Casas Nobres de Portugal*. Lisboa: Didel.

BLOCH, Marc. (2010). *Introdução à História.* Publicações Europa-América. 2ª Edição. Mem Martins.

BRÁS, Ana Catarina da Silva. (2013). *Projetar com o Lugar. Reabilitação do Palácio e Quinta Valflores-Santa Iria Da Azóia.* Lisboa: Faculdade de Arquitetura Universidade Técnica de Lisboa.

BOURDIEU, Pierre. (2015). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70.

CABRAL, Renata Campello. (2015). *A Dimensão Urbana do Património na Carta de Atenas de 1931*. Acedido em Janeiro de 2018.

Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/553.

CANNATÀ, Michele e FERNANDES, Fátima. (1999) *Construir no Tempo: Souto Moura, Rafael Moneo, Giorgio Grassi*. Lisboa: ESTAR.

CAPITEL, Antón. (1999). *Metamorfosis de Monumentos y Teorías de la Restauración*. Madrid: Alianza Editorial.

CHOAY, Françoise. (2011). *As Questões do Património*. Lisboa: Edições 70.

CHOAY, Françoise. (2006). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

CORREIA, José Eduardo Horta. (2002). *Arquitectura Portuguesa – Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*. Lisboa: Editorial Presença.

CUSTÓDIO, Jorge (coord. cient.). (2011). *100 Anos de Património, Memória e Identidade | Portugal 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR.

DECRETO-LEI N.º 163/2006, de 8 de Agosto, que aprova o regime de acessibilidades.

DGPC | Sistemas de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). Acedido em Novembro de 2017. Disponível em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6316

FERNANDES, José Manuel. (2006). *Arquitectura Portuguesa: Uma Síntese*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006.

FIELDEN, Bernard M. (2003). *Conservation of Historic Buildings*. Amesterdão: Architectural Press.

FORTUNA, Carlos. (2013). "Georg Simmel: As cidades, a ruína e as novíssimas metrópoles". *In: Philosofica*, nº. 42, Lisboa, pp. 107-123.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. (1921). *Brasões da Sala de Sintra*. Volume I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

JOKILEHTO, Jukka. (1996). *A History of Architectural Conservation*. York: University of York.

KUBLER, George. (2005). *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes – 1521-1706*. Lisboa: Nova Vega Editora.

LEI N.º 107/2001, de 8 de Setembro que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.

LOPES, Flávio. (2013). *Zonas de Proteção ao Património Arquitetónico. Para que servem?* Lisboa: Caleidoscópio.

LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. (2014). *Património Cultural. Critérios e Normas Internacionais de Proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

LUÍS, Nádia Pais Antunes de Almeida. (2016). *Refuncionalização da Arquitetura. Abordagens Patrimoniais na Cidade.* Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE.

MATEUS, Luís Miguel Cotrim. (2007). *Palácio de Valflores*. Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Reforço Estrutural de Edifícios Antigos. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior Técnico. (Policopiado).

NORA, Pierre. (1993). "Entre a Memória e a História. A Problemática dos Lugares". *In: Revista Projecto História*, volume 10. São Paulo. Acedido em Novembro de 2017.

Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763

ORDEM DOS ARQUITETOS. (2016). *Cadernos Técnicos - Reabilitação e Conservação do Património Arquitetónico*. Volume 4. Lisboa: Edições da Ordem dos Arquitetos Secção Regional Sul.

PIRES, Amílcar Gil (Coordenação). (2016). *A Villa Renascentista. Arquitetura, Jardins e Paisagem*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

PIRES, Amílcar Gil. (2007). "O Lugar da Quinta de Recreio na Periferia de Lisboa". *In: Arte e Teoria, Revista do Mestrado em Teorias da Arte*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, n.º 9, pp. 79-91.

PIRES, Amílcar Gil. (2008). "O Carcácter da Arquitectura e do Lugar". *In: ARTiTEXTOS 06. Revista de Urbanismo, Arquitectura, Design e Moda.* Lisboa: CEFA – Centro Editorial da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, n.º 6, Julho, pp. 107-120.

RAPOSO, Manuel. (2003). *Jornal dos Arquitectos*. "Conservação e Restauro". Nº 213, Lisboa: Novembro/Dezembro, pp. 37-41.

RIEGL, Alois. (2013). *O Culto Moderno dos Monumentos*. Lisboa: Edições 70.

RODRIGUES Maria João Madeira; SOUSA, Pedro Fialho de Sousa e BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira. (2005). *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*. Lisboa: Quimera Editores.

RUSKIN, John. (1883). *The Seven Lamps of Architecture*. Kent: Geoge Allen.

SILVA, Gastão de Brito. (2014). *Portugal em Ruínas*. Lisboa: Fundação Manuel Francisco dos Santos.

SILVA, José Custódio Vieira da. (2002). *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR.

SIMMEL, Georg, (S. d.). *A Ruína*. Acedido em Novembro de 2017.

Disponível em: http://www.academia.edu/4145349/A_ru%C3%ADna._Georg_Simmel_tradu%C3%A7%C3%A3o_portugu%C3%AAs_

SMITH, Laurajane. (2006). *Uses of Heritage*. Nova Iorque: Routledge.

STOOP, Anne de. (1986). *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*. Porto, Civilização Editora.

TAVARES, Alice; COSTA, Aníbal e VARUM, Humberto. (2011). *Manual de Reabilitação e Manutenção de Edifícios. Guia de Intervenção*. Aveiro: Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro.

WIKIPÉDIA. Imagem da planta da Villa de Forni-Cerato, da autoria de Palladio. Consultado em Junho de 2018. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Villa_Forni_Cerato#/media/File:Villa_Forni_Cerato_pianta_Bertotti_Scamozzi_1778.jpg

WITTKOWER, Rudolf. (1998). *Architectural Principals in the Age of Humanism*. Hooboken: John Wiley and Sons.

5.2. Bibliografia Secundária

AAVV. (1977). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

AAVV. (2017). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

ABREU, Pedro Marques de. (1996). *Palácios da Memória I. Percurso Crítico sobre o Restauro da Arquitetura*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitetura.

ABREU, Pedro Marques de. (2007). *Palácios da Memória II. A Revelação da Arquitetura*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitetura.

CARITA, Helder.(2010). *A Casa Senhorial em Portugal nos Séculos XV ao XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. (Policopiado).

KOOLHAAS, Rem. (2014). *Preservation is Overtaking Us*. Maryland: Columbia Books.

LUSO, Eduarda. (2004). *Breve História da Teoria e da Conservação do Restauro*. Acedido em Janeiro de 2018.

Disponível em: http://www.civil.uminho.pt/revista/artigos/Num20/Pag%2031-44.pdf

MACHADO, Silvino. (2011). *Construir no Não Vazio: O Modo de Intervir Sobre Ruínas*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada.

NABAIS, José Casalta. (2010). *Introdução Ao Direito do Património Cultural*. Lisboa: Edições Almedina.

OLIVEIRA, Fernanda Paula; LOPES, Dulce; e ALVES, Cláudia. (2011). *Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Comentado)*. Lisboa: Edições Almedina.

OLIVEIRA, Marta Maria Peters Arriscado de. (2004). *Arquitectura Portuguesa do Tempo dos Descobrimentos*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

PIMENTA, Anita Alves. (2015). *Intervenção em Edifícios Antigos de Arquitetura Corrente*. Tese de Mestrado. Vila Nova de Cerveira: Escola Superior Gallaecia.

PEREIRA, Ana Cristina. (2007). *Os conventos do Porto. Descontinuidades, Transformação e Reutilização*. Tese de Mestrado. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

PEREIRA, Luís Filipe Raposo. (2012). *Cadernos de Sociomuseologia.* Capítulo II – Património, Memória e Poder: Expressão assumida pelos museus do Estado Novo. N.º 39, Lisboa: Fevereiro. Disponível em:

http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2669 (acedido em Abril de 2018)

ROCHA, Ema Ramalheira. (2013). *O Estágio. Curso de Conservadores de Museu no Museu Nacional de Arte Antiga - O Papel Educativo do MNAA na Museologia Portuguesa*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

RUSKIN, John. (1880). *Seven Stones of Venice. The Fall*. Volume 3. Nova Iorque: John Wiley & Sons.

SOUSA, Isabel Cristina Figueira de. (2013). *Intervir no Património. Reconversão do Hospital de Desterro em Unidade Hoteleira*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitetura.

SOUSA-HOLSTEIN, Marquês de. (1875). *Atual Estado das Artes em Portugal*. Lisboa.

Acedido em Janeiro de 2018.

Disponível em: http://purl.pt/321/5/ba-1982-2-v_PDF/ba-1982-2-v_PDF_24-C-R0150/ba-1982-2-v_0000_capa-62_t24-C-R0150.pdf

VITRÚVIO, Marcos. (2006). *Tratado de Arquitectura*. Lisboa: IST Press.

ZUMTHOR, Peter. (2006). *Atmosferas*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

ZUMTHOR, Peter. (2005). *Pensar a Arquitectura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

6. APÊNDICES

I. MEMÓRIA DESCRITIVA

I.1. Conteúdo

A presente memória descreve e justifica as opções tomadas nesta proposta de intervenção que visa a reabilitação de um edifício com carácter patrimonial, situado na Rua de Valflor, em Via Rara, freguesia de Santa Iria de Azóia pertença da autarquia de Loures. A parcela a intervir cobre uma área total de 44 520m^2 e pertence ao município de Loures.

I.2. Antecedentes Relevantes

Tratando-se de um edifício do século XVI que teve diversas intervenções ao longo do tempo, temos notícias de algumas levadas a cabo nos séculos XVIII, XIX, XX e XXI. Em relação às três primeiras poucas informações existem até porque foram concretizadas sem nenhum apoio de carácter científico.

Num horizonte de atuação não tão rigoroso, o edifício apresenta hoje sinais das alterações levadas a cabo no século XIX. O andar nobre apresenta vestígios, nomeadamente, de motivos decorativos. Sobre esta época se escreveu, em 1899: "Hoje (1899) caíu nas garras dos credores; espatifou-se tudo e a joia quinhentista foi passar às mãos dum negociante, que a mandou pintar de azul celeste! Ficou a matar." (Anselmo Braamcamp Freire, 1921: 394).

Efetivamente, são traços deste azul celeste que ainda hoje se podem ver em vários pontos do edifício, outrora residencial.

A par destas alterações, mormente o piso inferior, apresenta os vestígios das alterações que sofreu no século XX, quando foi utilizado como espaço de guarida para animais e de armazém de viveres que eram recolhidos das plantações levadas a cabo na quinta.

Em relação àquelas efetuadas no século XXI, já com uma consciência de proteção e salvaguarda patrimonial acautelada, existem registos documentais. Em 2003, depois de a colunata da *loggia* ter abatido, levou-se a cabo o escoramento do que dela restou. Procedeu-se de igual forma ao escoramento do piso intermédio, especificamente da primeira sala, e do piso térreo. Toda a zona

localizada abaixo da *loggia* foi também escorada. Na capela, procedeu-se ao fecho de um rasgo que aí existia. E, de um modo geral empreendeu-se uma limpeza geral do complexo.

Após a sua admissão na listagem da organização *Europa Nostra*[12], em 2015, na qual foi classificado como um dos imóveis mais ameaçados da Europa, o complexo tem vindo a ser alvo de diversas intervenções, de carácter preventivo, que visam impedir a sua derrocada total. Desta forma, a estrutura do edificado tem vindo a ser contida exterior e interiormente através de reforços regulares. Estava prevista, para outubro de 2017, o início da primeira fase, de um conjunto de três, que daria início à reabilitação do complexo, começando-se pela sua consolidação estrutural. Tal não aconteceu. Aguarda-se o desenrolar de um novo plano de ocorrências.

I.3. Caracterização do Edifício

I.3.1 História do Edifício

O século XVI marcaria a construção desta casa senhorial (possivelmente a partir de uma outra existente datada do século anterior), do anexo contíguo ao núcleo habitacional, destinado a albergar as cozinhas, e de um acrescento ao espaço inicial das cocheiras. Do século XVIII em diante, foram vários os acrescentos construídos pela propriedade, disseminação esta verificada após o abandono da casa enquanto núcleo habitacional e o seu aforamento a rendeiros que a passaram a utilizar exclusivamente como propriedade agrícola.

De facto, a casa terá sido habitada até meados do século XVIII. Em 1767-69 há registos de que a propriedade, mormente a "casa nobre" estava devoluta e que outras eram ocupadas pelos caseiros. Em 1778 a propriedade foi aforada. Em 1796, lê-se num documento de desembargo do Palácio que "a quinta se encontra praticamente inabitável" (Brás, 2013: 44). O Paço foi então sujeito a uma vistoria que dava conta do estado de abandono e degradação que o espaço tinha atingido (Brás, 2013: 44). Em meados do século XIX, cerca de 1850, a quinta deixou de pertencer à família original, os Barros e Vasconcellos, e foi trespassada como pagamento de dívidas contraídas a um indivíduo de nacionalidade brasileira, cujo nome se desconhece. Em 1870, a propriedade foi novamente vendida, desta feita à família Reynolds que permaneceu sua

[12] Trata-se de uma Federação pan-europeia que representa organizações de cidadãos que trabalham em prol da salvaguarda da herança patrimonial europeia. Funciona como mediador entre entre estas pequenas organizações de caracter regional e nacional entre as instituições de maior pendor, tais como: a União Europeia, o Conselho da Europa e a UNESCO.

proprietária até ao século XX. Em 1899, foi arrendada, ainda em "regular estado de conservação externa" (Braamcamp, 1921: 393) conforme os relatos desse mesmo ano. Nesse período, como já aludimos, pelo menos o núcleo habitacional foi alvo de uma campanha de requalificação. Desconhece-se quando é que a casa senhorial deixou de ser de novo habitada, mas desde o início do século XX até meados deste, a propriedade foi unicamente explorada de forma agrícola.

Em 1978, o paradigma do Paço de Valflor alterou-se quando foi classificado como Imóvel de Interesse Público, tendo de imediato sido realizados estudos no sentido de se demarcar uma Zona Especial de Proteção (ZEP) em torno do novo monumento. No ano seguinte, a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) avançou com os estudos onde previne sobre "[...] a necessidade de, além de cuidar da preservação da envolvência, ser absolutamente urgente obviar ao péssimo estado do imóvel, sob pena de, inclusive, vir a desaparecer totalmente o que resta da cobertura mudéjar da sala principal" (*in:* www.monumentos.gov.pt).

- Em fevereiro de 1980, os técnicos da Camara Municipal de Loures e da DGEMN avançaram com uma nova vistoria ao Palácio de onde surgiu um plano de intervenção que visava a consolidação estrutural, reconstrução de coberturas e restauro dos tetos primitivos, então ocultos por outros mais recentes. Do célebre teto mudéjar, que cobria o salão central, já não havia vestígios.
- Em 1982 foi publicada a ZEP;
- Em 1997, foi fixada uma nova ZEP, extraindo área à ZEP original para se construir o IC2, facto que ocorreu um ano depois (1998);
- Em 2000, a quinta deixou de ser economicamente explorada, tendo-se o seu estado de abandono e ruína agravado desde esse tempo;
- Em janeiro de 2001, a DGEMN elaborou a Carta de Risco do Imóvel, e logo em setembro, deu-se o abate da colunata que sustentava a *loggia*. Alegadamente, as vibrações provocadas pelo tráfego constante que atravessa a via rápida (IC2), terão sido a causa de tal dano;
- Em 2003, procedeu-se à primeira campanha de contenção da estrutura;
- Entre 2005 e 2006, deu-se o processo de aquisição do complexo (Palácio e área adjacente) que passou então a pertencer à Camara Municipal de Loures.

- Em 2015, o Palácio foi eleito como um dos mais ameaçados de desaparecimento da Europa, pela organização *Europa Nostra*;
- Entre 2015 e 2018, têm-se vindo a realizar intervenções pontuais de escoramento estrutural (exterior e interior) por forma a impedir a derrocada completa do edifício.

I.3.2. Caracterização Formal do Complexo Habitacional

O Palácio de Valflor é uma construção cujo núcleo central (a habitação e cocheiras) remonta ao século XVI (havendo possibilidades de ter havido nesse mesmo sítio uma pré-existência do século XV). Pensa-se que a sua construção tenha sido executada por volta de 1550. Ainda nesse século, mas posterior ao núcleo habitacional, terá surgido a capela contígua à habitação. Capela esta que emprega muitas das técnicas e estética aplicada na Igreja Matriz de Santa Iria da Azóia que terá tido, precisamente, Jorge de Barros[13] (proprietário de Valflores) como benfeitor.

O complexo integra-se na tipologia de arquitetura civil, concebida ao gosto tardo-Renascentista, em voga na época, e com o qual o proprietário terá tido contato direto enquanto residiu na Flandres e aquando a sua deslocação a Itália[14]. O conjunto enquadra-se na tipologia de quinta de recreio, tipologia também muito em voga na época, que pretendia imitar o modo de vida campestre da Roma Antiga, nas suas *villas*.

A quinta de recreio é caracterizada pela presença de diversos elementos específicos, tais como:

- Uma zona de bosque e uma zona de horta/pomares;
- Jardins de buxo;
- E, recursos hídricos em abundância.

Além destes elementos de ordem natural identificam-se também a presença:

- Da casa senhorial;

[13] Jorge de Barros, pertencente à pequena nobreza, e um dos últimos feitores de D. João III (1502-1557) na Flandres entre 1532 e 1537, regressou a Portugal onde preconizou a construção do Palácio de Valflor e benfeitorizou a construção da Igreja Matriz de Santa Iria da Azóia.

[14] Alegadamente Jorge de Barros esteve em Itália entre 1540 e 1543 como "agente extraordinário de D. João III junto da Santa Sé [...]" (João Vieira Caldas *apud* A. G. Pires, 2016, 152).

- De casas anexas (de trabalhadores, armazenamento de víveres ou de guarida a animais[15]);
- E, a capela (para uso exclusivo da família ou aberta também às gentes mais próximas).

No caso de Valflor denota-se a presença:

- De uma zona de bosque;
- Uma zona afeta ao pomar;
- A presença de recursos hídricos em abundância;
- A casa senhorial e as casas anexas;
- Bem como, a existência da capela.

A propriedade, atualmente de enquadramento urbano, implanta-se no centro de uma encosta sobre o vale, voltado a Sul, que encerra o núcleo histórico da Vila de Santa Iria da Azóia. Interpondo-se entre o núcleo histórico e a quinta de Valflor encontra-se, a sul, o IC2 e a poente a autoestrada A1. A norte e a nascente da quinta, desenvolveu-se uma urbanização composta essencialmente por moradias de carácter rústico, atingindo, grosso modo, a altura de 2 pisos acima da cota soleira.

Trata-se de uma construção que apresenta um aspeto compacto e maciço, que deixa antever poucas aberturas, à exceção da *loggia* rasgada a sul, de fronte para o Tejo. Os merlões fazem lembrar as ameias dos castelos medievais. Esta estética demonstra que a sua construção atravessou o período de transição entre as construções de estética medieval e as de estética renascentista. De estética renascentista e contemporâneas de Valflores destacam-se, por exemplo: a Quinta de Ribafria, a Quinta das Torres e/ou a Quinta da Bacalhoa, entre outros exemplos geograficamente próximos que podem ser nomeados. João Vieira Caldas sustenta que a construção inicial tenha tido as suas bases num antecedente português, mas cuja intenção estética é efetivamente de cariz renascentista, cuja traça projetual em muito difere das construções medievais portuguesas (Caldas *apud* Pires, 2016: 152).

[15] Nesta época de expansão e descobrimento de novas geografias e 'curiosidades' de ordem natural começou a surgir o equivalente ao nosso jardim zoológico, D. Manuel e o filho D. João III possuíam animais de várias espécies, designadamente no Palácio da Ribeira em Lisboa, onde era frequente ver elefantes e rinocerontes a desfilarem pelo Terreiro do Paço, atual Praça do Comércio. Não seria por isso se estranhar que algumas destas quintas, propriedade de gentes abastadas pudessem também ter os seus pequenos zoos (Jordan, 2017:119-121).

Figura 2 - Imagens das fachadas do Palácio Valflores (2000)

Fonte: http://www.monumentos.gov.pt

I.3.3 Caracterização Exterior do Edifício

O edifício apesenta-se com uma planta quadrangular, dividida em três pisos, dois (principais) a toda a extensão do quadrilátero e o último piso cingido às torres laterais. Contíguos a esta construção charneira, a norte, adossadas às torres laterais, localizam-se as dependências da capela e das cozinhas, respetivamente à esquerda e à direita do núcleo central.

As coberturas, originalmente, apresentavam escalas e tipologias distintas, existindo telhados de duas, três e quatro águas, hoje todas desaparecidas, mas que acompanhavam o edifício nos pendentes da topografia e da organização dos espaços interiores.

Como já mencionámos o edifício volta-se a sul sendo nessa fachada o elemento de destaque a *loggia* que abre o piso nobre às vistas do Tejo. A *loggia* é composta por arcos abatidos sobre colunas representativas da ordem toscana, que se apoiam num peitoral e são interrompidos nos dois arcos centrais por uma balaustrada em ferro. De resto a fachada apresenta-se com fenestração reduzida a duas aberturas.

O acesso à habitação é feito pelo alçado posterior (norte) onde o terreno assume uma cota mais elevada, apresentando-se deste lado os dois pisos inferiores parcialmente enterrados. O alçado apresenta-se assim com um corpo central delimitado pelos dois torreões quadrangulares,

desenhados sobre a divisão posterior da casa, criando assim um piso extra. A fachada norte abre-se para um pátio, do qual hoje apenas restam algumas estruturas murais, particularmente a nascente, onde ainda permanece o portal de acesso a essa zona mais restrita da quinta e que outrora exibia a, hoje desaparecida, pedra de armas dos Barros de Mello (a primeira geração de proprietários). O traçado deste portal giza-se como um prolongamento do lado nascente da capela, constituindo essa fachada desse espaço como um muro de separação entre o interior e o exterior da área restrita à habitação.

As fachadas laterais apresentam uma configuração semelhante, distinguindo-se apenas os volumes das construções adossadas, a nascente o anexo do que se pensa serem as cozinhas e a poente o volume correspondente à capela. A capela apresenta uma planta quadrangular e eleva-se ao nível do piso nobre. Nestas fachadas laterais, de perfil escalonado e encimado pelos merlões piramidais, distinguem-se nitidamente os três pisos que compõem o núcleo habitacional tal como as características construtivas e de composição regular a todo o edifício:

- Alçados de pano único rebocado;
- Cunhais de aparelho rusticado;
- Fenestração feita por vãos retangulares, de verga reta e moldura simples.

A organização espacial interior mostra uma conceção a partir de uma divisão essencial: o piso térreo era reservado a lojas e os pisos superiores à habitação. A compartimentação respeita o *modus vivendi* da época, trata-se de uma planta simétrica e regular de forma quadrada medindo no seu todo 17m x 20m. Ao centro, o salão principal (11,85m x 6,10m) e com o pé direito mais alto do que os dos restantes compartimentos habitacionais: é a charneira que faz a ligação entre a entrada principal e a varanda (*loggia*) funcionando como um corredor central. Antigamente era coberto por um teto de feições mudéjares, hoje desaparecido.

De cada um dos lados encontram-se duas câmaras também de forma quadrangular comunicantes entre si, com cerca de 6m x 5,30m, cada uma, destinada aos aposentos reservados à família. As duas câmaras localizadas a sul fazem comunicação direta com a varanda e as localizadas a norte: uma com uma saída para o pátio, enquanto que a outra se abria diretamente para a capela. É sugerido que pudessem existir outras estruturas fronteiras a esta fachada norte, nomeadamente um espaço vestibular, uma vez que o espaço habitacional se encontra, aparentemente, incompleto. Uma escavação arqueológica poderia colocar em evidência esta e

outras hipóteses de bastante relevo para o conhecimento mais aprofundado do modo de vida e da arquitetura residencial nobre do século XVI[16].

Figura 3 - Comparação entre a planta de Forni-Cerato e Valflores com o possível átrio vestibular nesta última

A capela, de pequenas dimensões e carácter privado possui um teto abobadado e lambril de azulejos enxaquetados.[17]

Atualmente, todo o complexo se encontra devoluto e com diversas patologias a assolarem a sua estrutura que apresenta graves sinais de fragilidade. De um modo geral as formas de degradação estrutural existente passam:

- Pela perda de coesão das alvenarias com perda de reboco e argamassa;
- Múltiplas fissurações em paredes, grande parte das quais são repassadas manifestando-se em ambos os pisos;
- Elementos estruturais ausentes ou não funcionais (*i.e.,* tirantes corroídos);
- E/ou, fissuração das abóbodas[18].

[16] Informações sobre a caracterização do edifício recolhidas da página: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6316 (consultada em Abril de 2018)

[17] Informações sobre a descrição geral e exterior do edifício, bem como da sua organização geral interior recolhida da página: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6316 (consultada em abril de 2018)

[18] Análise efetuada pelo Professor Luís Mateus, do Departamento de Engenharia Civil, da Universidade Técnica de Lisboa (Mateus, 2007: p. 7).

Grosso modo a edificação encontra-se em mau estado de conservação com sérios riscos de derrocada. Porém, apesar disto e das inúmeras patologias que apresenta, são ainda visíveis vestígios de elementos decorativos pintados nas paredes interiores, bem como outros componentes imóveis, tal é o caso da lareira e das banquetas (*namoradeiras*) postadas nas janelas.

I.4. Pressupostos da Intervenção

I.4.1. Estratégia de Conservação do Património Construído

Uma intervenção integral desta natureza deve obedecer ao exposto na regulamentação geral e específica que rege este tipo de operação. Tem igualmente que considerar a natureza patrimonial que esta construção encerra e o facto de que uma escavação arqueológica poderá trazer à luz muito mais informação que agora se oculta sob camadas de terra.

Face à premente necessidade de utilização e introdução de materiais e sistemas construtivos contemporâneos, deverão ser tomadas as precauções para a harmonização da coexistência dos elementos antigos e contemporâneos, bem como para a compatibilização de ambos.

A proposta assumida prevê a manutenção das fachadas exteriores bem como a conservação das suas características arquitetónicas e construtivas distintas.

I.4.2. Infraestruturas

Para a consolidação estrutural do edifício está prevista uma intervenção com base:

1. Na consolidação e reforço generalizado das alvenarias através da injeção de caldas hidráulicas não cimentícias;
2. Na pregagem das paredes;
3. Na reposição dos tirantes que ligam determinadas paredes;
4. Na remoção das argamassas dos pavimentos do piso superior;
5. Na limpeza do extradorso das abóbadas sem remoção total do enchimento;
6. Execução de betonilha armada (com ancoragem das abóbadas em caso de necessidade) como forma de enchimento;

Tudo isto prevendo o tempo necessário entre as operações de modo a que os métodos aplicados surtam o efeito desejado e para que a própria estrutura se adapte a todas estas operações.

A partir desta intervenção inicial, o edifício poderá ser alvo de outro tipo de operações que visem a sua reabilitação e que deverão ser mais do ponto de vista conservativo, ou seja, não tão invasivas quanto esta primeira fase[19], não obstante a necessidade de instalação de eletricidade, e água potável no edifício para que este se adapte aos novos tempos e novas funções.

I.5. Proposta de Intervenção

I.5.1. Pressupostos Base

Como já referimos, é nossa intenção preservar o todo edificado respeitante à casa nobre não só pelos valores que este encerra, mas também pelo interesse que apresenta, tanto para a comunidade que a rodeia, como para a comunidade científica em geral e para a população em particular. Esta conservação permitirá o seu estudo (não apenas do núcleo habitacional, mas de toda a área envolvente) e trará à luz novos conhecimentos procedentes de diversas áreas de conhecimento, entre as quais a da arquitetura.

Procurámos por isso identificar quais seriam os elementos indispensáveis à perceção dos valores inerentes ao edifício, tais como:

1) Qual a sua relação com a envolvente;
2) Sistema estrutural;
3) Fachadas;
4) Cobertura;
5) Organização espacial interior;
6) Elementos decorativos interiores e exteriores;

1) A quinta de recreio define-se essencialmente pela sua relação com o lugar; são espaços projetados de modo a acederem ao desejo de vilegiatura campestre, logo não são espaços que se queiram agrupados entre outras construções, mas sim envolvidos pela característica mancha verde que os rodeava. Valflores, além da mancha verde que o rodeava, tem também a particularidade de possuir uma vista privilegiada voltada ao Tejo através da sua icónica *loggia*.

[19] Análise efetuada pelo Professor Luís Mateus, do Departamento de Engenharia Civil, da Universidade Técnica de Lisboa (Mateus, 2007: p. 11).

Todos esses são, portanto, elementos essenciais a este espaço, logo elementos a manter e a valorizar.

2) Outro elemento icónico do edifício é o seu sistema estrutural assente, essencialmente, em abóbodas de aresta que suportam o piso intermédio e neste as coberturas externas desse piso. Outra característica peculiar passa pelo facto de o edifício fazer uso deste tipo de estrutura no seu interior, mas no exterior se apresentar com uma estética castrense, constituída por grossas paredes de alvenaria com poucas fenestrações, sendo ainda a construção encimada por merlões que se assemelham às ameias de um castelo medieval. Este sistema construtivo híbrido é uma característica raramente vista em edifícios pertencentes ao núcleo de arquitetura civil renascentista, e por isso se reveste de grande interesse a sua manutenção.

3) As fachadas, como já referimos apresentam uma imagem híbrida, composta por pesados panos com poucas fenestrações, à maneira medieval (castrense), mas indelevelmente marcada pela grande varanda rasgada na fachada sul. Rasgar essas fachadas com a abertura de mais vãos faria com que o Palácio perdesse essa estética híbrida que o caracteriza. Outro elemento característico destes edifícios e que deve ser mantido são os cunhais que rematam os alçados, existentes também na Igreja Matriz já supramencionada.

4) Todos os edifícios erguidos segundo esta tipologia apresentam coberturas triangulares de duas, três ou quatro águas, cobertas com telha de aba e canudo e rematadas com o beirado dito à portuguesa. Apesar de essas coberturas serem atualmente inexistentes, há registos relativamente recentes que mostram o edifício com esse tipo de cobertura característica. Dessa forma, achamos por bem devolver este elemento identitário e transversal a todos os edifícios indexados nesta categoria (quinta de recreio renascentista), a Valflores.

5) No que respeita à organização espacial interior, já descrita anteriormente, consideramos que esta se encontra consoante o modo de habitar da época pelo que seria um ato de lesa-património fazer uma intervenção que viesse a desconfigurar essa organização espacial. Apenas o piso inferior será ligeiramente alterado com a abertura de vãos maiores que permitam uma circulação mais desafogada no interior desta galeria. Tudo o resto se manterá conforme o original.

6) Os elementos decorativos são, por ventura, um dos elementos mais icónicos que complementam o objeto arquitetónico, mas são também aqueles que mais rapidamente sofrem as consequências do abandono e da ruína. No caso de Valflores, desconhece-se se o Palácio possuía quaisquer elementos decorativos exteriores à exceção dos que hoje são inventariáveis (*i.e.* as colunas toscanas e/ou os merlões), no entanto, no interior possuímos ainda alguns detalhes que se tornam precisos para perceber como se praticou o design de interiores nesta casa. Sabemos da existência de um teto de caixotão ao estilo mudéjar que cobria todo o salão central da casa e que ainda existia nos anos 70 do século passado, aquando uma vistoria da DGEMN. A capela apresenta ainda um teto neste estilo de caixotão, mas desconhece-se o seu verdadeiro estado de conservação bem como que camadas pictóricas decorativas possam existir por baixo das camadas mais recentes. A Igreja matriz, sita no núcleo histórico da vila e "apadrinhada" por Jorge Barros, possui também um teto semelhante, que nos poderá dar indicações do que poderiam ter sido os tetos originais do Palácio. Seria, contudo, interessante tentar uma abordagem contemporânea na conceção deste tipo de cobertura para que se sentisse o que foi, mas que se perceba que essa nova adição é apenas uma interpretação daquilo que uma vez existiu. Assim manter-se-ia um cunho da autenticidade deste salão central.

Quanto aos panos murais existem ainda vestígios pictóricos e partes de motivos que revestiram aquelas paredes; aparentemente originais do século XVI, executados, aparentemente, seguindo a técnica *al secco*. São também visíveis vestígios da camada pictórica azul celeste, por cima dos motivos avermelhados (*al secco*), aplicada no século XIX. Desconhece-se se por baixo destas camadas existirão vestígios de outros motivos primitivos. Só uma investigação aturada nos poderá revelar mais detalhes. No entanto, considera-se que estes vestígios que ainda resistem devem ser conservados pois são um indicativo da vida desta casa.

Subsistem ainda restos de pavimentos cuja manutenção ou remoção teria de ser avaliada *in situ* por uma equipa e, em caso de manutenção, quais seriam as melhores hipóteses de os manter, preservando-os, mas tornando o espaço totalmente útil aos visitantes.

Figura 4 - Imagens dos vestígios pictóricos nas paredes interiores do Palácio e dos remanescentes da lareira.

Fonte: Autoria de Luís Mateus (2005)

Outro elemento de interesse que subsiste é uma lareira, que pelo seu valor e tenacidade, valeria a pena manter ou retirar o que resta do original para um espaço de exposição e substituir por uma réplica que pudesse cumprir efetivamente as funções de aquecimento do espaço. Em todo o caso, seria mais uma situação a avaliar por uma equipa de especialistas.

Seria ainda necessária uma vistoria mais aprofundada que identificasse outros pormenores de relevo e que agora nos passam despercebidos, que avaliasse o seu estado de conservação e hipótese de os manter ou destinar os remanescentes originais para uma área expositiva substituindo-os por réplicas identificáveis.

I.5.2. Elementos Históricos e Patrimoniais a Conservar

Identificados os elementos característicos da identidade deste edifício temos a resposta sobre que elementos histórico-patrimoniais conservar e/ou recuperar. De uma forma sumária, até porque já foram amplamente descritos no ponto anterior, considera-se importante manter, conservar e/ou recuperar:

- O jardim envolvente com os seus elementos e estruturas hídricas (*inclusive* o aqueduto e o sistema hidráulico adjacente), e o sistema de vistas do Palácio;

- O sistema estrutural sob o qual se constitui a edificação principal (paredes de alvenaria de pedra e abóbodas de aresta em alvenaria);
- As fachadas com os seus alçados de pano único rebocados, os cunhais em aparelho rusticado e os vãos retangulares de verga reta e molduração simples;
- As coberturas de água única, três ou quatro águas, em telha tipo aba e canudo, e beirados à portuguesa;
- A organização espacial interior (uma grande galeria no piso inferior, o salão retangular central ladeado por duas salas quadrangulares de cada lado no piso intermédio, e as suas salas quadradas nos torreões laterais);
- Quanto aos elementos decorativos deverão manter-se as colunas de ordem toscana que identificam a *loggia*, os motivos pintados nas paredes interiores, os tetos e pavimentos que sejam possíveis recuperar e manter, a lareira, e outros que se venham a descobrir e a revelar de interesse para a história do Palácio e para o modo de vida num edifício desta natureza.

I.5.3. Organização Espacial

Sendo nossa intensão não desvirtuar o carácter original do edifício a divisão espacial interna manteve-se, quase na sua totalidade, tal como dela temos conhecimento.

Assim o mais inferior dos pisos enterrados (cota 57.00) abre-se numa galeria única, comunicante através das aberturas rasgadas nas paredes de sustentação das abóbadas.

O piso intermédio (cota 59.00) acolhe um espaço destinado a arrumos que serviria a galeria do piso abaixo, já que esta não apresenta qualquer espaço dedicado a esse uso. Esse mesmo piso possui ainda umas escadas "originais" que fazem a subida até à cota cimeira que por sua vez constitui o pátio de entrada do antigo complexo habitacional.

O piso nobre alberga então a antiga zona de habitação, as antigas cozinhas (comunicantes com o salão principal da casa), a capela e, de fronte ao complexo habitacional, o anexo que consistia nas antigas cocheiras.

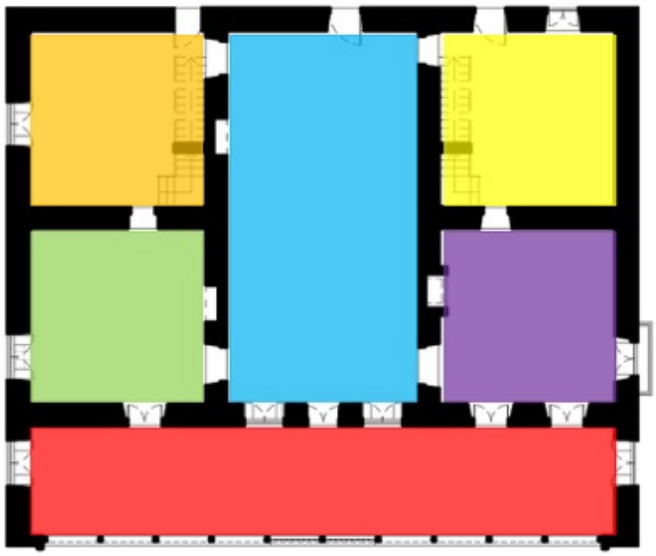


Figura 5 - Planta esquemática da organização espacial do piso nobre do Palácio de Valflores.

A antiga zona habitacional transforma-se agora num espaço polivalente capaz de albergar em si diversos tipos de uso, eventos e acontecimentos. É constituído por um salão central de forma retangular, ladeado por quatro salas (duas de cada lado). Todos estes espaços são comunicantes entre si. A sala laranja (1.07 - Sala 05 nos desenhos técnicos) comunica ainda diretamente com a capela que possui também uma entrada pelo exterior, voltada para o pátio principal já mencionado. A sala amarela (1.02 – Sala 02) comunica diretamente com a zona das antigas cozinhas. E as salas verde e roxa (1.06 – Sala 04 e 1.03 – Sala 03), bem como o salão central, aqui identificado pela cor azul (1.04 – Salão central), possuem comunicação direta com a varanda/alpendre (*loggia)* da casa que enquadra o estuário do Tejo no seu sistema de vistas.

Na sala roxa (1.03 – Sala 03) existe uma lareira, vestígio único em toda a antiga habitação, com a exceção do antigo 'fogão' da cozinha.

Nas salas amarela e laranja (1.02 – Sala 02 e 1.07 – Sala 05) procedeu-se à reconstituição das escadas que levava ao piso das torres, que se consideravam os aposentos privados da família. Optamos por esta solução por dois motivos. Primeiro, porque o pé direito das salas já é alto e este duplo pé direito, aparentemente, em nada contribuiria para a estética e o uso do espaço, tornando-o quase desproporcional considerando o seu comprimento e a sua largura com a altura com que ficaria caso tivéssemos optado pela ausência do piso superior. A segunda razão prende-se também com a questão das dimensões do espaço que não receberia luz suficiente para a altura que iria adquirir, dada a pequena/média dimensão das janelas em virtude da dimensão espacial das salas. Uma outra razão prende-se com o fator estético, já que a existência de uma janela virtualmente a flutuar no vazio não contribuiria para a beleza do espaço, mas antes para a confusão e para a dúvida, sobre se teria ou não existido ali qualquer 'coisa', e para os porquês

daquela janela tão alta (inclusive com *namoradeiras*) sem nenhum suporte base (pavimento). Ao optarmos pela reposição dos pisos das torres, estamos a apelar ao sentido romântico desses pisos, mas também a conceber mais um espaço de, eventualmente, exposição que se ligaria ao piso/à sala inferior.

I.5.4. Acabamentos Interiores

Tornando-se o Palácio numa sucessão de espaços polivalentes e não se querendo alterar a disposição original das salas, em caso de necessidade, como a adaptação de uma ou mais salas a qualquer evento específico, a compartimentação interior deverá ser efetuada com sistemas ligeiros (*i.e.* gesso cartonado) com os devidos acondicionamentos (térmicos, acústicos, elétricos) em função dos espaços e funções a desempenhar, contribuindo o menos possível para o aumento da carga construtiva por forma a beneficiar a estabilidade da estrutura original.

A escolha dos pavimentos interiores deverá ter em consideração as opções a tomar a respeito da manutenção ou remoção total dos vestígios dos pavimentos de origem. Por isso a sua determinação permanece uma opção em aberto.

Os revestimentos parietais, tal como já aludimos, deverão respeitar a presença dos vestígios pictóricos existentes, pelo que a forma de proteção dos mesmos deverá ser uma opção a tomar por toda uma equipa de especialistas. Quanto aos restantes panos murais que não apresentem vestígios de monta, aponta-se para o reboco dos mesmos com materiais 'amigos' e afins, dos materiais originais que se encontram próximos da superfície. Propõe-se a aplicação da cor branca nesses casos, por se tratar de uma cor neutra e não interferir com a leitura do espaço.

Propõe-se que a estrutura das coberturas seja em perfis metálicos ou madeira, em sistema de treliça, com geometria de linha elevada. Desta forma, e uma vez mais, aligeira-se o peso construtivo da edificação sobre a sua estrutura.

I.5.5. Acabamentos Exteriores

Os acabamentos exteriores deverão ser mantidos, devidamente recuperados e reabilitados, dentro dos limites considerados ideais, conforme as avaliações levadas a cabo pelos peritos. Em caso de substituição, reposicionamento ou novas constituições, deverão ser, tanto quanto possível, fiéis e compatíveis em relação aos originais, quer na sua constituição, quer no seu

aspeto, exceto no tipo de materiais utilizados na constituição das caixilharias dos vãos das fachadas que deverão dar resposta aos requisitos atuais de conforto, salubridade e, essencialmente, segurança, sendo esta também uma medida de conservação preventiva a aplicar ao edifício após uma reabilitação de tão grande envergadura.

O mesmo se aplica às coberturas, onde se procederá à manutenção das características construtivas, morfológicas e decorativas, bem como dos materiais constituintes e número de águas de inclinação das coberturas. Neste pressuposto, será mantida a utilização da telha como revestimento exterior das mesmas. A recolha das águas pluviais deverá ser efetuada através de caleiras inseridas na cobertura, do perímetro exterior da edificação, com o devido encaminhamento para os algerozes de escoamento já existentes nas próprias paredes do edifício, conduzindo as águas para o exterior.

I.5.6. Espaços Exteriores

Os arranjos exteriores foram pensados de forma a não desvirtuar aquela que desde sempre foi a configuração original deste espaço de veraneio e de cultivo, garantindo o menor teor de impermeabilização possível e tirando partido da morfologia, configurações e elementos pré-existentes.

Respeitando aqueles que eram os elementos essenciais de uma quinta de recreio do período renascentista, a nossa proposta prevê um espaço de bosque/bosquete, trechos dedicados a jardim e prado, o respeito pelas estruturas hídricas existentes no complexo, nomeadamente: tanques e/ou espelhos de água, o poço, a nora e o aqueduto que transportava a água até ao recinto habitacional, bem como a vertente agrícola deste espaço através de um pomar.

Os caminhos traçados fazem o contorno da propriedade e permitem a circulação nuclear do espaço, tentando evitar as áreas limite por se situarem perto de vias rápidas cuja acústica perfurante se tenta atenuar. Na área do bosque, a cota mais alta do terreno, prevê-se aí, ao centro, uma clareira, livre de vegetação alta, que permita a contemplação da vista sul, direcionada ao rio Tejo, tal como acontece na *loggia* do Palácio. As restantes zonas do bosque/bosquete permitem zonas de estar e/ou de circulação no meio da vegetação alta.

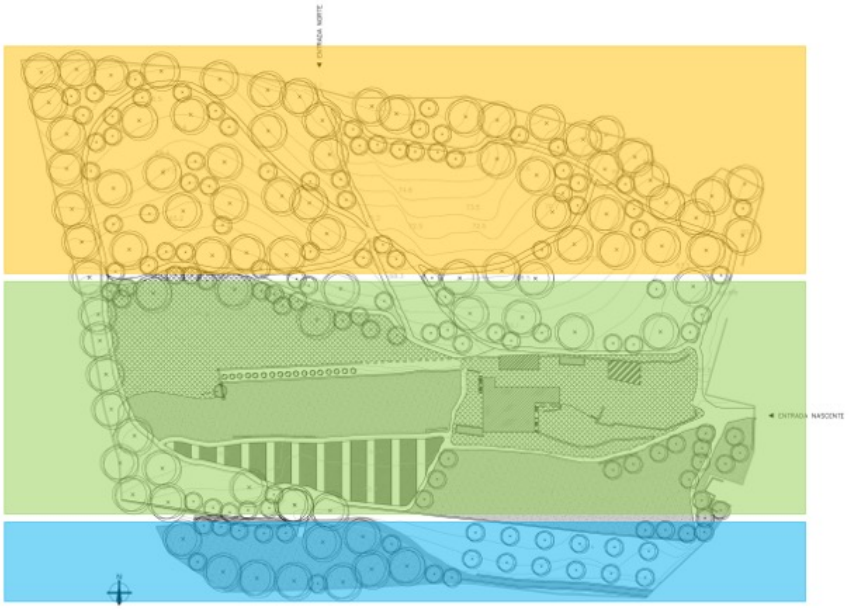


Figura 5 - Zonamento esquemático do parque envolvente ao Palácio de Valflores. A amarelo a parte do bosque, a verde a zona central de jardim e a azul a zona baixa da ribeira e do pomar.

A zona central (secção 1, representada a amarelo na figura 7), que perfaz a entrada original da quinta, localizada a poente, mantém-se como uma zona livre de vegetação relembrando a sua utilidade inicial. Dessa forma, detemo-nos diante um espaço amplo com pavimento tipo calçada. A dimensão deste espaço permite a execução de espetáculos ao ar livre.

Ainda nesta zona central (secção 2, representada a laranja na figura 7), mas numa plataforma mais baixa que a primeira, prevê-se a conceção de um relvado, um prado regado, que convide à permanência do público. No espaço imediatamente abaixo do aqueduto (entre a zona central, secções 1 e 2, representada a verde escuro na figura 7) e delimitado pelo muro que lhe está adjacente, propõe-se que sejam plantadas plantas/arbustos de pequenas dimensões que enquadrem a base do aqueduto.

Na cota imediatamente inferior (zona central, secção 3, representada a roxo na figura 7) propõe-se a execução de um jardim de aromas. Este tipo de jardim permite lembrar que esta foi uma casa habitacional e que, à data, faria uso deste tipo de plantas, sendo possível que na realidade tivesse mesmo existido um. Estas plantas poderiam eventualmente ser exploradas por forma a poderem serem comercializadas no recinto, a título de *souvenir*, lembrando que estamos ainda perante uma propriedade que exerce uma das funções primárias, a de recinto cultivo.

Em todos estes espaços utilizar-se-iam árvores autóctones da zona, algumas de grandes dimensões, como as que estão colocadas ao redor do perímetro muralhado da quinta para garantir que o sistema de vistas a norte não é afetado pela urbanização ali existente. Ao mesmo tempo, como já referimos, este perímetro arbóreo garante o abafamento sonoro do tráfego automóvel das vias rápidas que ladeiam o perímetro da quinta.

Na zona central (secção 4, representada a azul na figura 7), imediatamente abaixo da *loggia*, prevê-se igualmente a implantação de uma zona de prado/relvado que, uma vez mais, convide à permanência dos utilizadores.

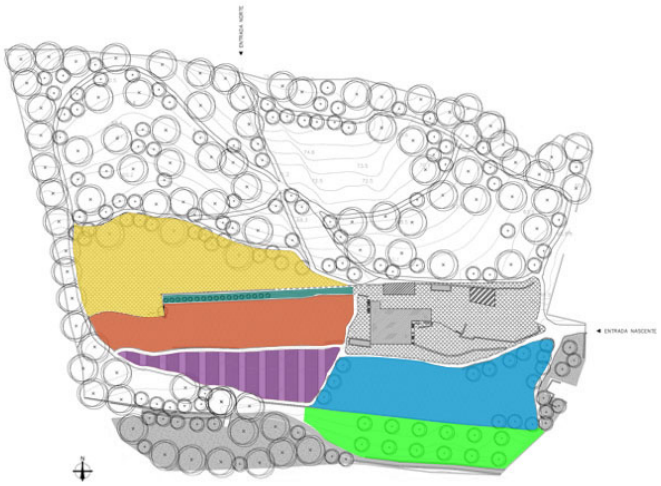


Figura 7 - Identificação cromática das secções da zona central do parque de Valflores

Na zona abaixo desta (secção 5, representada a verde claro na figura 7), e aproveitando os recursos hídricos mais abundantes nestas cotas mais baixas, propõe-se a plantação de árvores de fruto, um pomar, remetendo dessa forma a memória para uma das grandes atividades agrícolas da quinta ao longo dos séculos (o cultivo de árvores de fruto). Uma vez mais os produtos daí colhidos, poderiam ser transformados, por alguma associação local, em produtos regionais que seriam vendidos, tal como já referimos, a título de lembrança.

Propõe-se que o espaço afeto ao parque esteja aberto diariamente, já que seria um equipamento que serviria a população de Santa Iria da Azóia.

Os percursos do parque seguiriam uns caminhos já existentes, mormente os pré-existentes junto da entrada principal da quinta posteriormente alargados ao restante espaço. Prevê-se que o

percurso tenha um piso em terra batida já que se pretende que o público experiencie e viva a essência de uma quinta.

Propõe-se também a integração de um centro interpretativo que explicasse a importância para estes espaços, da água e dos engenhos a ela associada. Este pequeno edifício seria uma parte integrante do pátio central, adjacente ao núcleo fundamental da quinta, o Palácio e os respetivos anexos agora reconvertidos. A sua implantação corresponde ao aproveitamento do perímetro de implantação de um anexo recente, sem utilidade ou estética de monta. A localização desta construção, com um espaço de cafetaria, e a sua abertura, eventualmente quotidiana, assim como o Palácio, garantiria ali uma zona de permanência afeta à montagem de esplanadas e espaços de consumo ao ar livre.

O anexo que correspondia às antigas cocheiras, seria então convertido, e passaria a albergar as instalações sanitárias, uma vez que o edifício principal não se presta à implementação destas funcionalidades no seu interior, devido à magnitude das intervenções que tais instalações requerem. Dessa forma o anexo albergaria as instalações sanitárias destinadas a sexo feminino e masculino, bem como uma destinada a pessoas de mobilidade reduzida incluída na parte afeta às instalações femininas. A área restante foi convertida, uma vez mais, em arrumos, já que o edifício principal não dispõe de compartimentos afetos a tal satisfação.

I.5.8. Acessibilidades

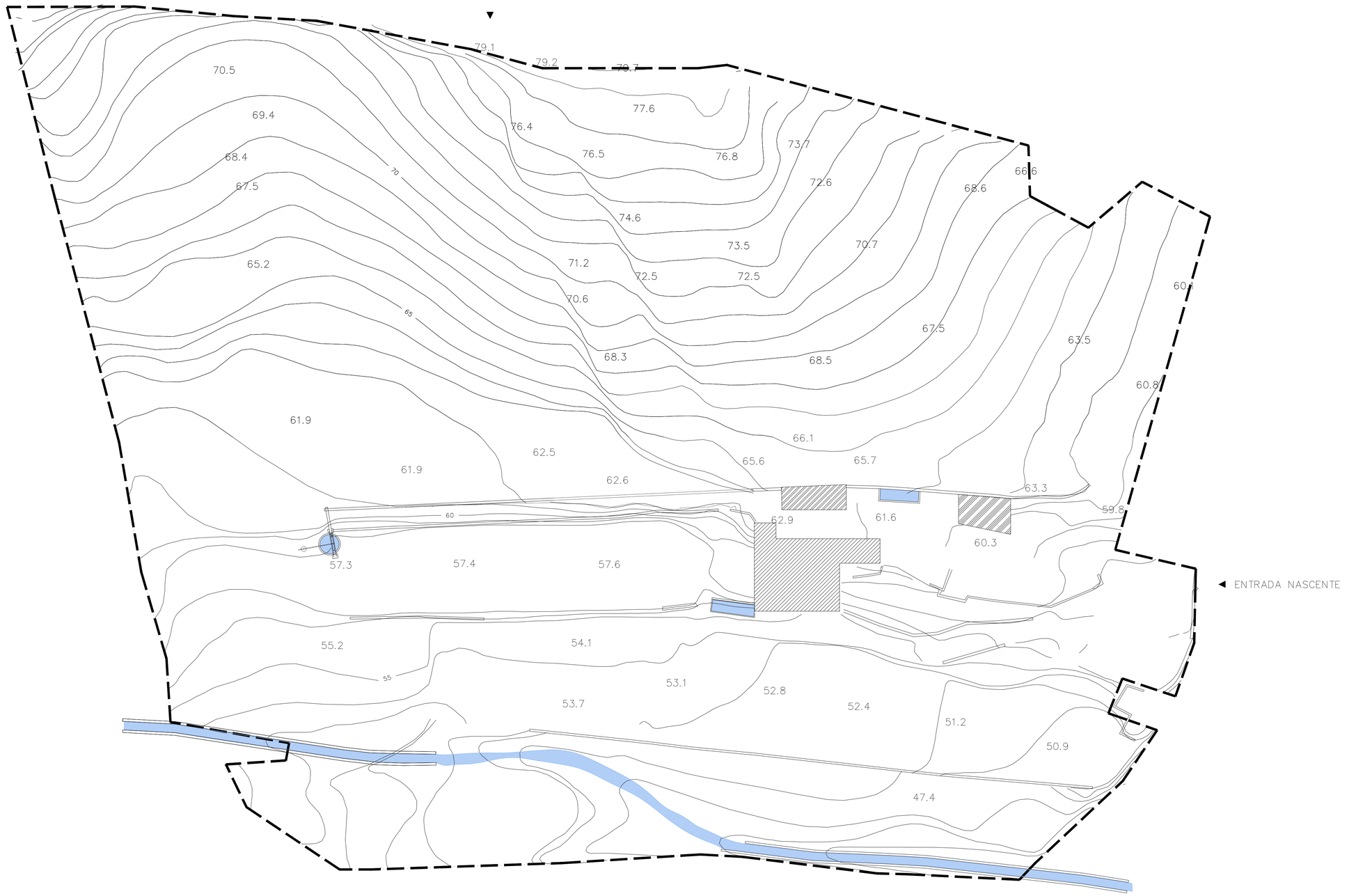
A proposta não dá resposta total às questões de acessibilidade, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 163/2006, do artigo 10º, alínea 1, onde salienta o facto de que "quando as obras necessárias à sua execução sejam desproporcionadamente difíceis [...], ou ainda quando afetem sensivelmente o património cultural ou histórico, cujas características morfológicas, arquitetónicas e ambientais se pretendem preservar".

Não obstante, garante-se, no mínimo, a acessibilidade desde a entrada nascente da quinta ao pátio central do Palácio e o acesso ao piso nobre do mesmo, sem dificuldades de maior. Do mesmo modo, se garante o acesso ao centro interpretativo e ao anexo que acolhe as instalações sanitárias, isto porque todas estas infraestruturas se encontram numa plataforma a nível.

I.6. Desenhos

A memória descritiva complementa as peças desenhadas em anexo.

II. DESENHOS



PROJETO DE ARQUITECTURA

N

LEGENDA			
Valflores ZEP			44.50 ha
IMPLANTAÇÃO	Palacete		413.70 m²
	Anexo		41.60 m²
	Centro Interpretativo		93.10 m²

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

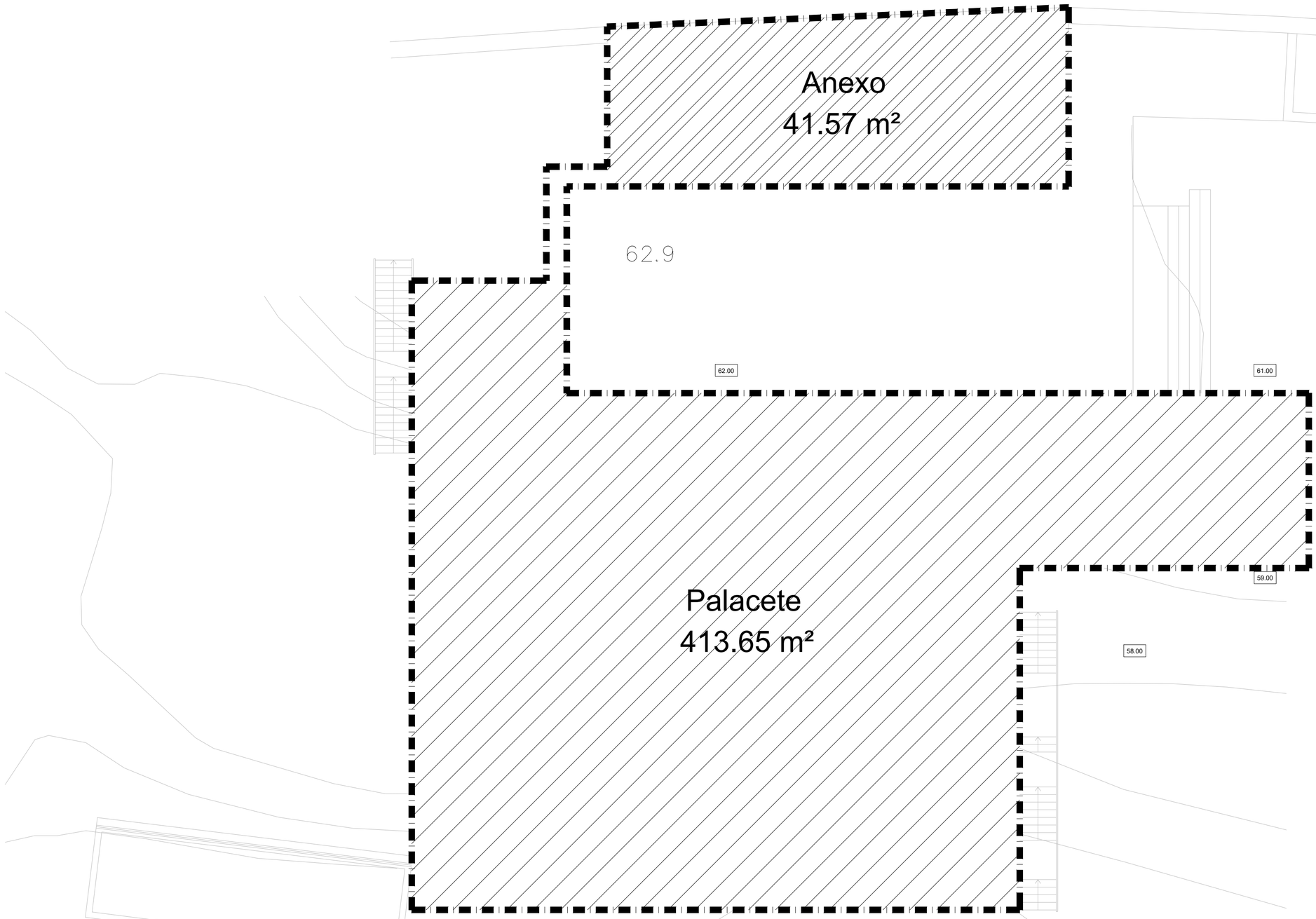
Cadeira:
Dissertação de Mestrado

Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

Descrição:
Levantamento Topográfico

Acompanhamento:	Orientação:
Prof.º João Borges da Cunha Prof.º Nuno Griff	Prof.º Flávio M. Lopes
Projectou: Iolanda Pereira	Versão: 20180622
Escala: 1/500	Desenho nº TOP 01
Data: JUNHO 2018	

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.



PLANTA DO PISO 1

PROJECTO DE ARQUITECTURA

N

QUADRO SINÓPTICO

Valflores ZEP			44.50 ha
IMPLANTAÇÃO	Palacete		413.70 m²
	Anexo		41.60 m²
	Total		455.30 m²
CONSTRUÇÃO	Piso -2		260.50 m²
	Piso -1		76.20 m²
	Piso 1		413.70 m²
	Piso 2		185.60 m²
	Total		936.00 m²
Nº PISOS	Acima do Solo		2
	Abaixo do Solo		2

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

Cadeira:
Dissertação de Mestrado

Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

Descrição:
Planta de Implantação

Orientação:
Prof.º Flávio M. Lopes

Acompanhamento:
Prof.º João Borges da Cunha
Prof.º Nuno Griff

Projectou:
Iolanda Pereira

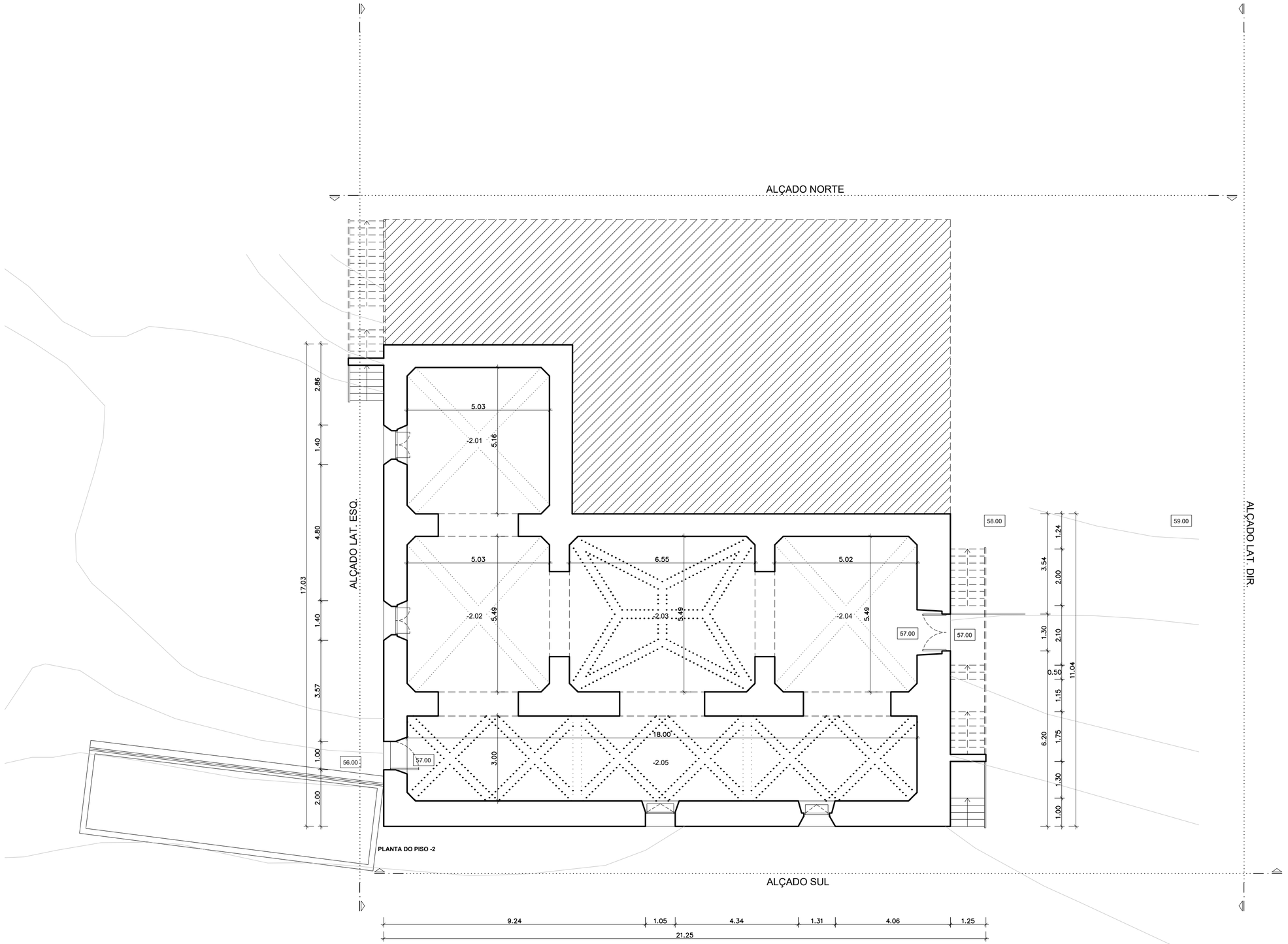
Versão:
20180629

Escala:
1/100

Data:
JUNHO 2018

Desenho nº
II.6.2

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.



PLANTA DO PISO -2

PROJECTO DE ARQUITECTURA

N

ÁREAS E COMPARTIMENTOS
PISO -2

-2.01	Sala 01	25.80 m²
-2.02	Sala 02	27.45 m²
-2.03	Sala 03	35.80 m²
-2.04	Sala 04	27.40 m²
-2.05	Sala 05	53.80 m²

	Área Útil	170.25 m²
	Área Bruta	260.50 m²

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

Cadeira:
Dissertação de Mestrado

Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

Descrição:
Planta do Piso -2

Orientação:
Prof.º Flávio M. Lopes

Acompanhamento:
Prof.º João Borges da Cunha
Prof.º Nuno Griff

Projectou:
Iolanda Pereira

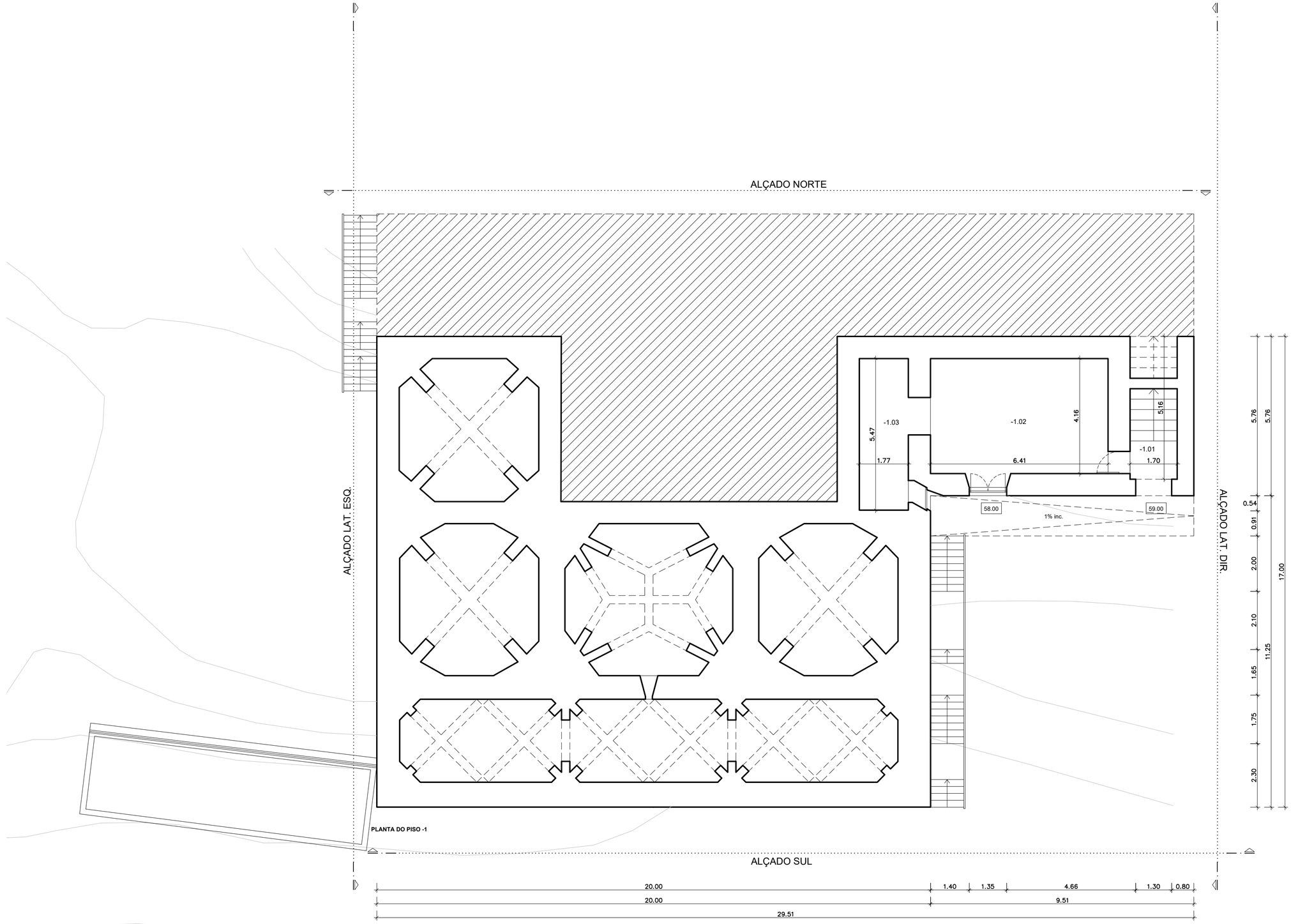
Versão:
20180629

Escala:
1/100

Data:
JUNHO 2018

Desenho nº
II.6.3

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.



PLANTA DO PISO -1

PROJECTO DE ARQUITECTURA

N

ÁREAS E COMPARTIMENTOS
PISO -1

-1.01	Átrio	2.35 m²
-1.02	Arrumos 01	26.65 m²
-1.02	Arrumos 02	9.70 m²

	Área Útil	303.90 m²
	Área Bruta	413.70 m²

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

Cadeira:
Dissertação de Mestrado

Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

Descrição:
Planta do Piso -1

Orientação:
Prof.º Flávio M. Lopes

Acompanhamento:
Prof.º João Borges da Cunha
Prof.º Nuno Griff

Projectou:
Iolanda Pereira

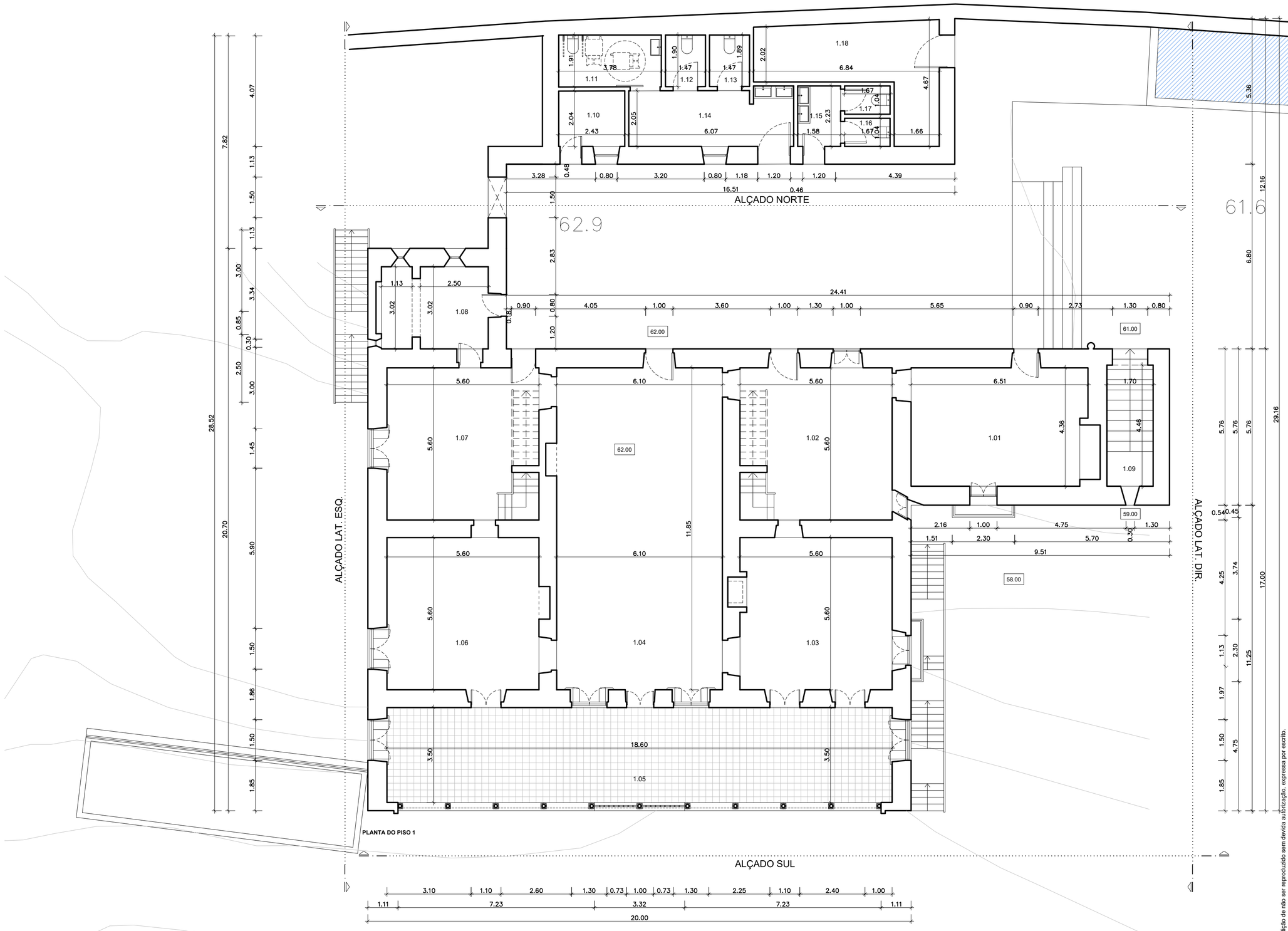
Versão:
20180629

Escala:
1/100

Data:
JUNHO 2018

Desenho nº
II.6.4

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.



PROJECTO DE ARQUITECTURA

N

ÁREAS E COMPARTIMENTOS PISO 1		
PALACETE		
1.01	Sala 01	29.10 m²
1.02	Sala 02	31.35 m²
1.03	Sala 03	31.35 m²
1.04	Salão Central	72.30 m²
1.05	Varanda (loggia)	64.90 m²
1.06	Sala 04	31.50 m²
1.07	Sala 05	31.50 m²
1.08	Capela	11.60 m²
	Área Útil	303.90 m²
	Área Bruta	413.70 m²
ANEXO		
1.09	Circulação Vertical	8.35 m²
1.10	Arrumos 01	4.95 m²
1.11	Instalação Sanitária Acessível	7.20 m²
1.12	Instalação Sanitária Feminina 01	2.80 m²
1.13	Instalação Sanitária Feminina 02	2.75 m²
1.14	I.S. Feminina - Circulação	12.65 m²
1.15	Átrio I.S. Masculina	3.50 m²
1.16	I.S. Masculina 01	1.75 m²
1.17	I.S. Masculina 02	1.75 m²
1.18	Arrumos 02	18.70 m²
	Área Útil	64.40 m²
	Área Bruta	84.60 m²

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

Cadeira:
Dissertação de Mestrado

Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

Descrição:
Planta do Piso 1

Orientação:
Prof.º Flávio M. Lopes

Acompanhamento:
Prof.º João Borges da Cunha
Prof.º Nuno Griff

Projectou:
Iolanda Pereira

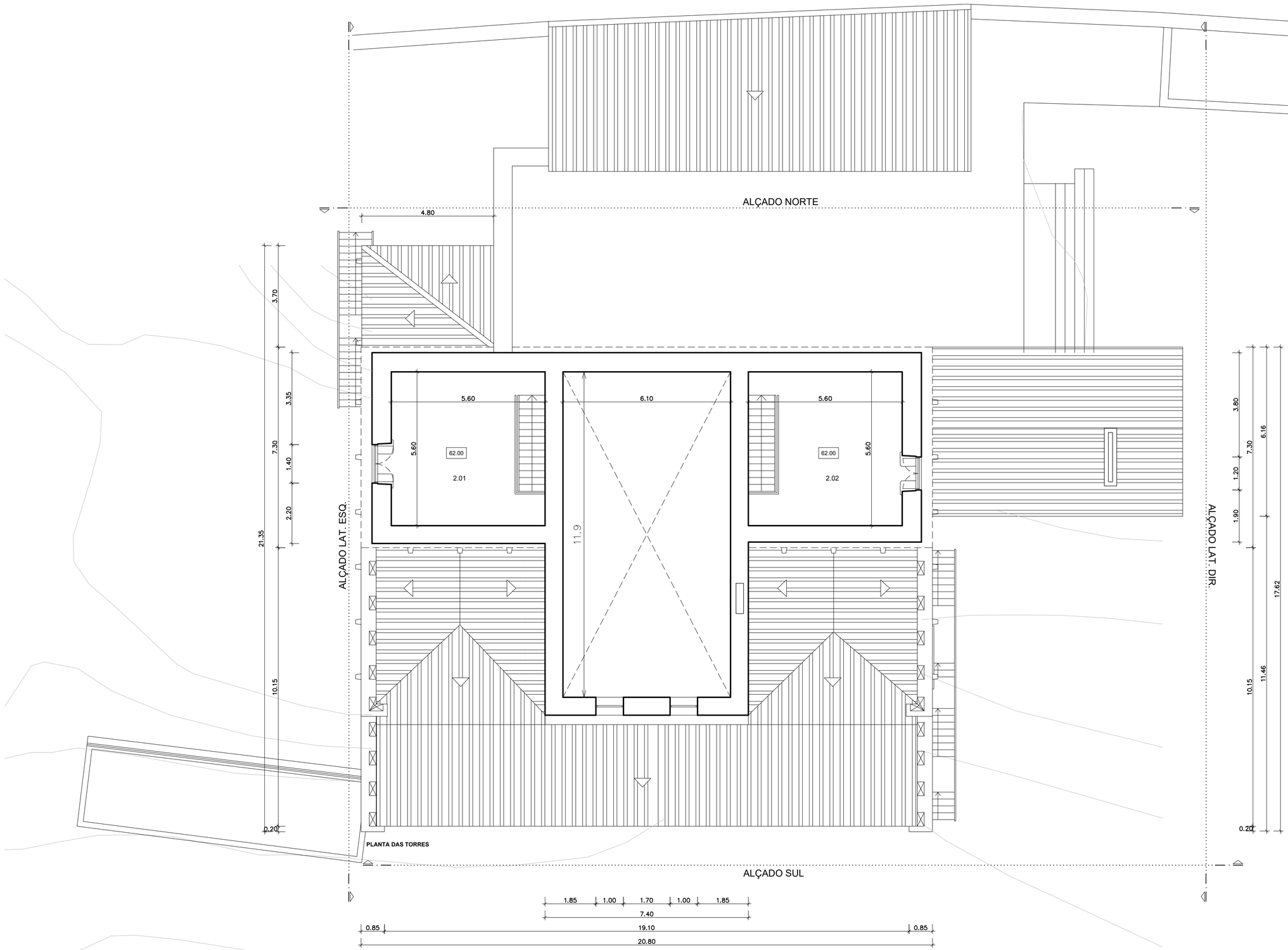
Versão:
20180629

Escala:
1/100

Data:
JUNHO 2018

Desenho nº
II.6.5

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.



PROJECTO DE ARQUITECTURA

N

ÁREAS E COMPARTIMENTOS
PISO 2

2.01	Sala 01	27.85 m²
2.02	Sala 02	27.85 m²
	Área Útil	55.70 m²
	Área Bruta	185.60 m²

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

Cadeira:
Dissertação de Mestrado

Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

Descrição:
Planta do Piso 2

Orientação:
Prof.º Flávio M. Lopes

Acompanhamento:
Prof.º João Borges da Cunha
Prof.º Nuno Griff

Projectou:
Iolanda Pereira

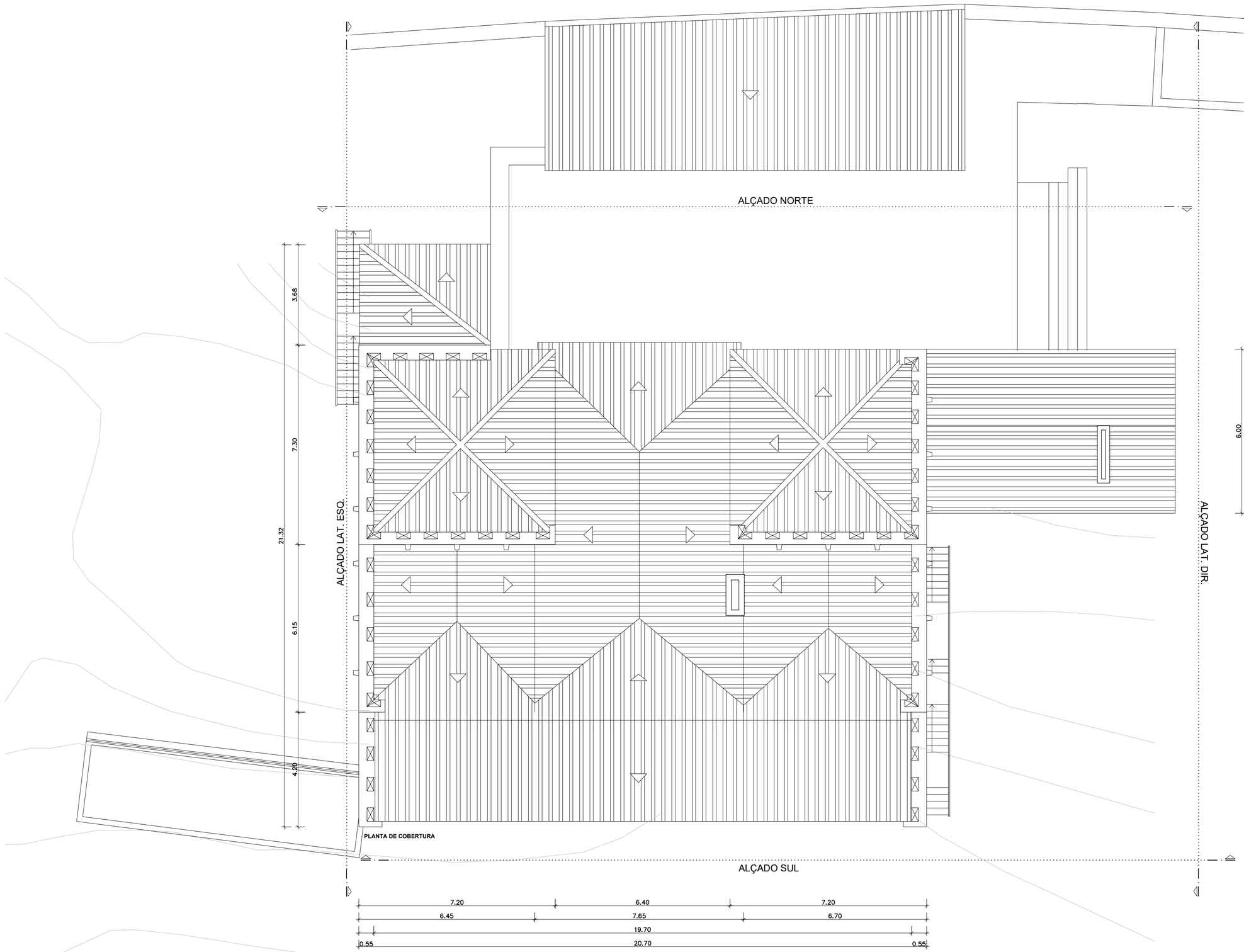
Versão:
20180629

Escala:
1/100

Data:
JUNHO 2018

Desenho nº
II.6.6

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.



PROJECTO DE ARQUITECTURA

N

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

Cadeira:
Dissertação de Mestrado

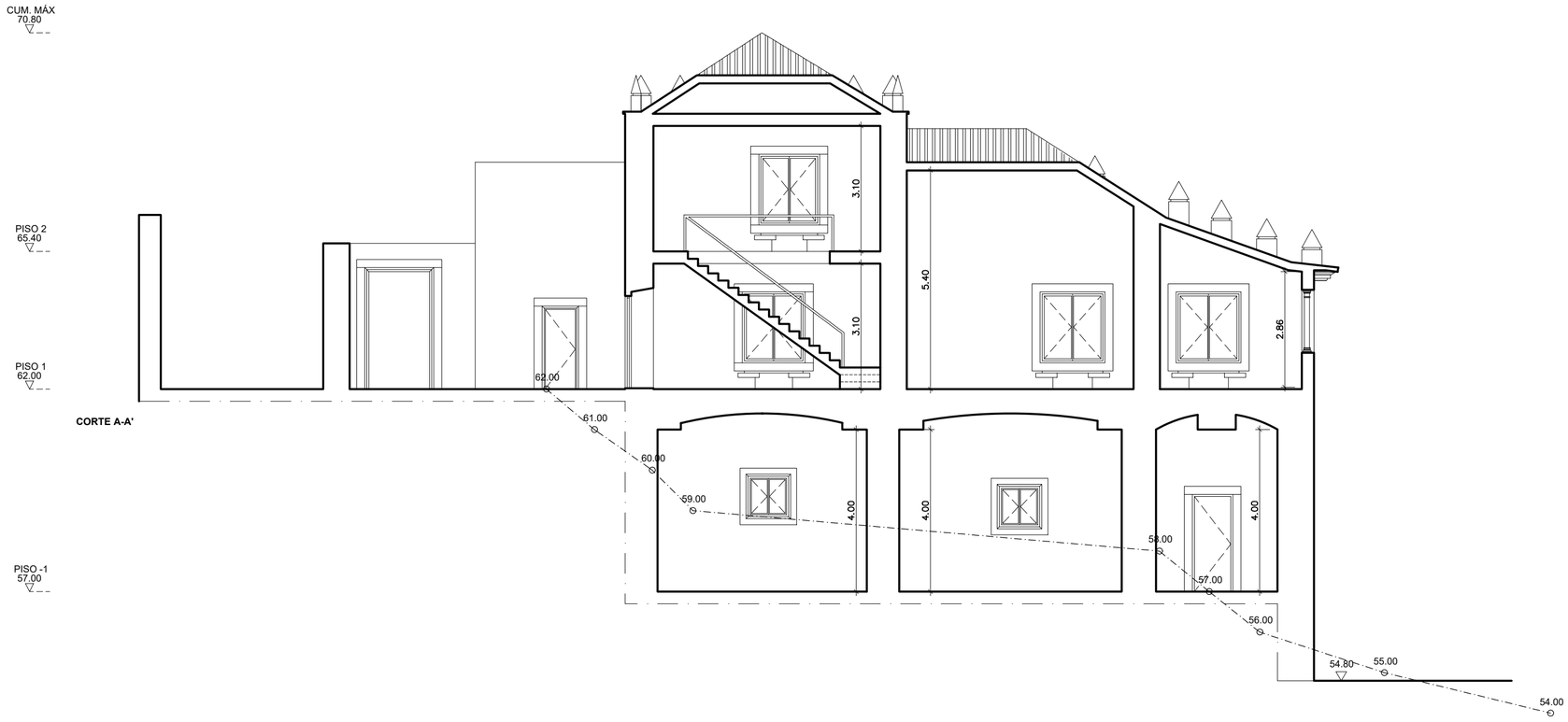
Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

Descrição:
Planta de Cobertura

Orientação:	Acompanhamento:
Prof.º Flávio M. Lopes	Prof.º João Borges da Cunha Prof.º Nuno Griff
Projectou:	Versão:
Iolanda Pereira	20180629

Escala:	Desenho nº
1/100	II.6.7
Data:	
JUNHO 2018	

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.



CORTE A-A'

PROJECTO DE ARQUITECTURA

N

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

Cadeira:
Dissertação de Mestrado

Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

Descrição:
Corte A-A'

Orientação:
Prof.º Flávio M. Lopes

Acompanhamento:
Prof.º João Borges da Cunha
Prof.º Nuno Griff

Projectou:
Iolanda Pereira

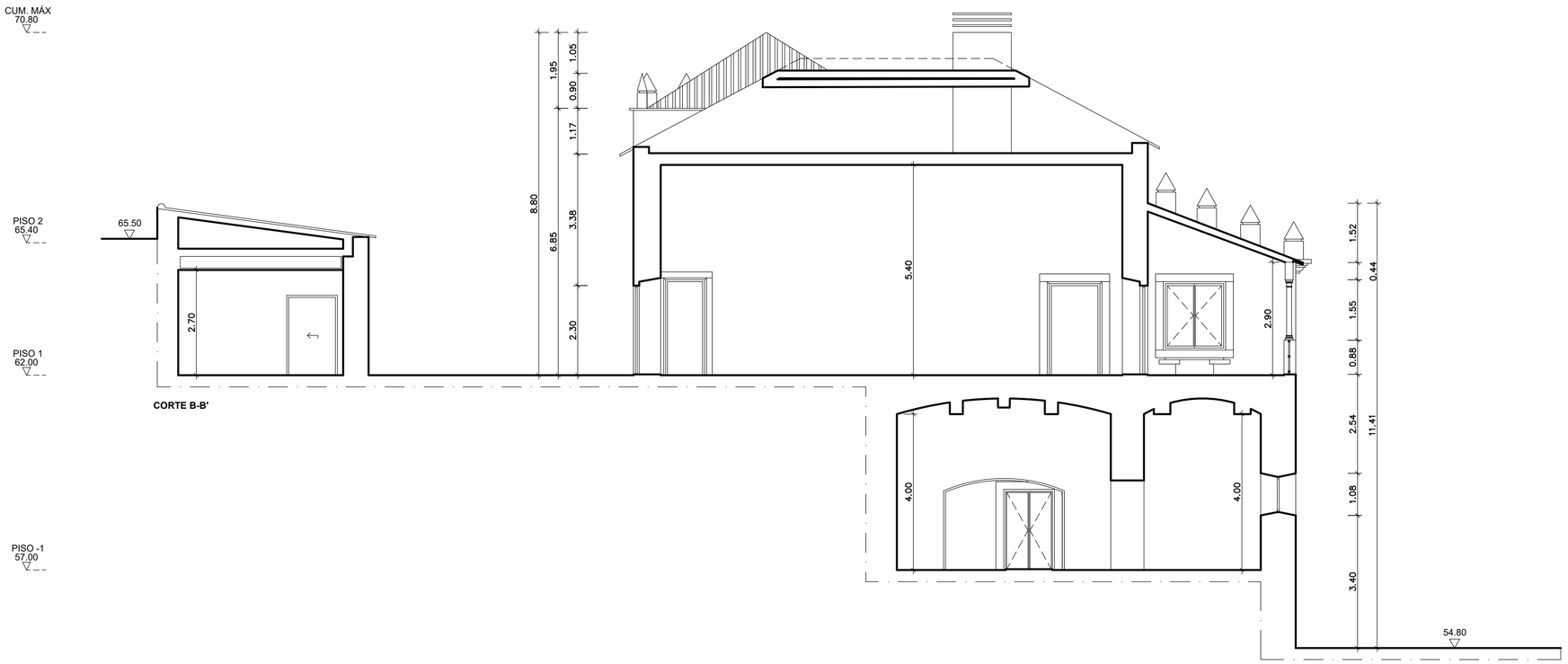
Versão:
20180629

Escala:
1/100

Data:
JUNHO 2018

Desenho nº
II.6.8

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.



CORTE B-B'

PROJECTO DE ARQUITECTURA

N

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

Cadeira:
Dissertação de Mestrado

Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

Descrição:
Corte B-B'

Orientação:
Prof.º Flávio M. Lopes

Acompanhamento:
Prof.º João Borges da Cunha
Prof.º Nuno Griff

Projectou:
Iolanda Pereira

Versão:
20180629

Escala:
1/100

Data:
JUNHO 2018

Desenho nº
II.6.9

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.

CORTE C-C'

PROJECTO DE ARQUITECTURA

N

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

Cadeira:
Dissertação de Mestrado

Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

Descrição:
Corte C-C'

Orientação:
Prof.º Flávio M. Lopes

Acompanhamento:
Prof.º João Borges da Cunha
Prof.º Nuno Griff

Projectou:
Iolanda Pereira

Versão:
20180629

Escala:
1/100

Data:
JUNHO 2018

Desenho nº
II.6.10

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.

CORTE D-D'

PROJECTO DE ARQUITECTURA

N

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

Cadeira:
Dissertação de Mestrado

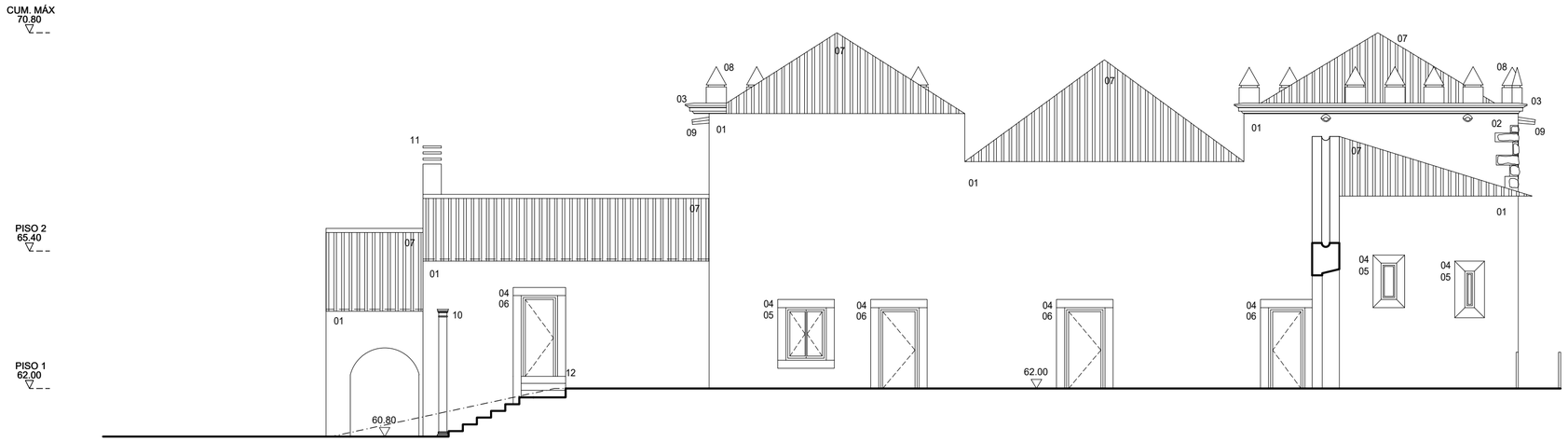
Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

Descrição:
Corte D-D'

Orientação:	Acompanhamento:
Prof.º Flávio M. Lopes	Prof.º João Borges da Cunha Prof.º Nuno Griff
Projectou:	Versão:
Iolanda Pereira	20180629

Escala:	Desenho nº
1/100	II.6.11
Data:	
JUNHO 2018	

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.



ALÇADO NORTE

PROJECTO DE ARQUITECTURA

N

LEGENDA DE ACABAMENTOS

01	Parede de alvenaria de pedra rebocada e caiada à cor branca
02	Remate de paredes/cunhais em pedra de tipo calcário
03	Friso em em alvenaria de pedra rebocada e caiada à cor branca
04	Remate de portas e janelas em pedra tipo calcária
05	Caixilharias em madeira tipo carvalho, à cor natural e vidro duplo
06	Portas em madeira tipo carvalho, à cor natural
07	Telha cerâmica de canudo
08	Merlões em tijolo de alvenaria rebocados e caiados à cor branca
09	Algerozes cerâmicos em telha de canudo
10	Colunas tipo toscana em pedra
11	Chaminé em alvenaria de tijolo, rebocada e caiada a branco
12	Degraus em pedra do tipo calcária à cor natural
13	Guardas em ferro forjado
14	Remate da porta em arco em alvenaria de tijolo rebocado e caiado na cor branca
15	Porta de segurança em pvc

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

Cadeira:
Dissertação de Mestrado

Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

Descrição:
Alçado Norte

Orientação:	Acompanhamento:
Prof.º Flávio M. Lopes	Prof.º João Borges da Cunha Prof.º Nuno Griff
Projectou:	**Versão:**
Iolanda Pereira	20180629

Escala:	Desenho nº
1/100	II.6.12
Data:	
JUNHO 2018	

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.

ALÇADO LATERAL ESQ.

PROJECTO DE ARQUITECTURA

N

LEGENDA DE ACABAMENTOS

01	Parede de alvenaria de pedra rebocada e caiada à cor branca
02	Remate de paredes/cunhais em pedra de tipo calcário
03	Friso em em alvenaria de pedra rebocada e caiada à cor branca
04	Remate de portas e janelas em pedra tipo calcária
05	Caixilharias em madeira tipo carvalho, á cor natural e vidro duplo
06	Portas em madeira tipo carvalho, à cor natural
07	Telha cerâmica de canudo
08	Merlões em tijolo de alvenaria rebocados e caiados à cor branca
09	Algerozes cerâmicos em telha de canudo
10	Colunas tipo toscana em pedra
11	Chaminé em alvenaria de tijolo, rebocada e caiada a branco
12	Degraus em pedra do tipo calcária à cor natural
13	Guardas em ferro forjado
14	Remate da porta em arco em alvenaria de tijolo rebocado e caiado na cor branca
15	Porta de segurança em pvc

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

Cadeira:
Dissertação de Mestrado

Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

Descrição:
Alçado Lateral Esquerdo

Orientação:
Prof.º Flávio M. Lopes

Acompanhamento:
Prof.º João Borges da Cunha
Prof.º Nuno Griff

Projectou:
Iolanda Pereira

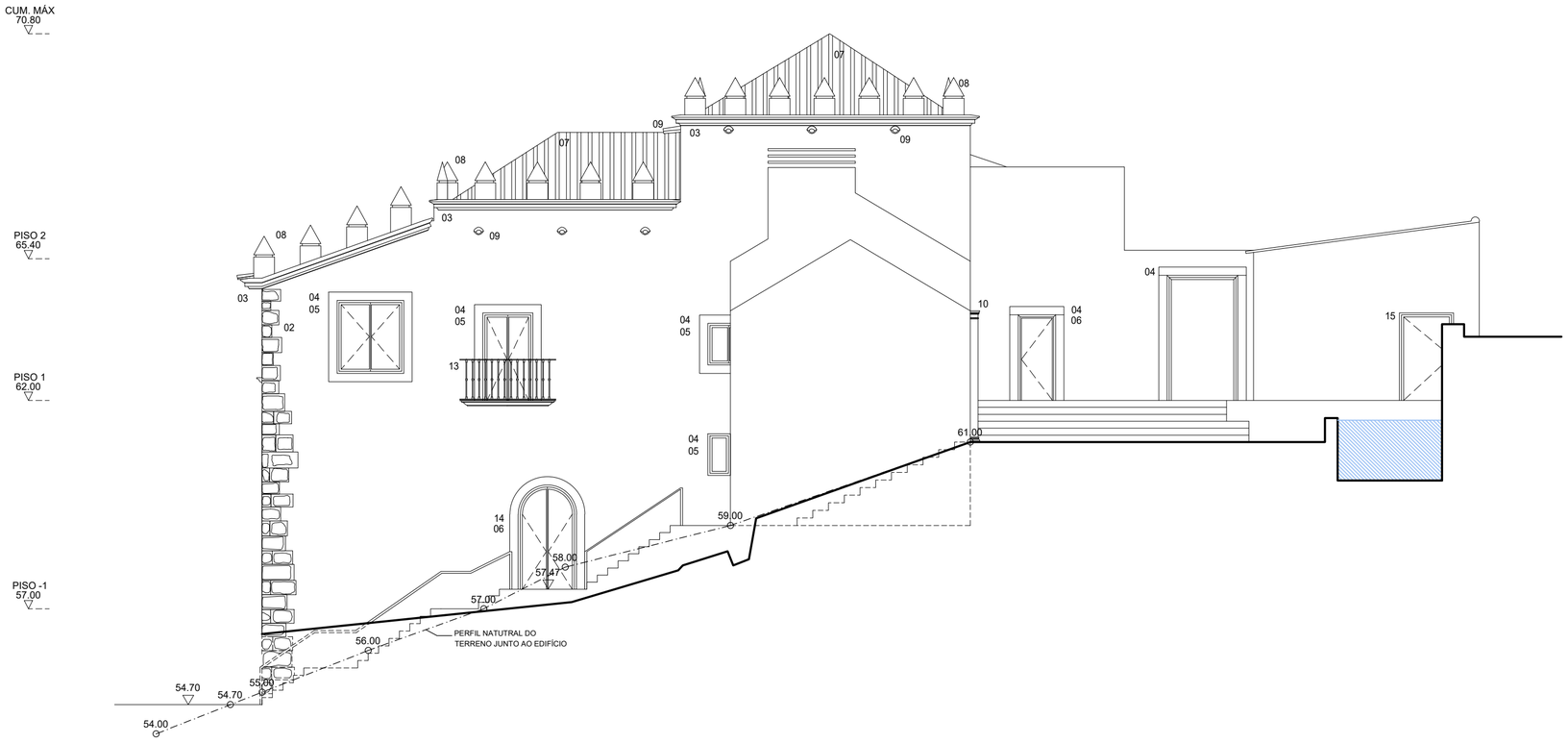
Versão:
20180629

Escala:
1/100

Data:
JUNHO 2018

Desenho nº
II.6.13

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.



ALÇADO LATERAL DIR.

PROJECTO DE ARQUITECTURA

N

LEGENDA DE ACABAMENTOS	
01	Parede de alvenaria de pedra rebocada e caiada à cor branca
02	Remate de paredes/cunhais em pedra de tipo calcário
03	Friso em em alvenaria de pedra rebocada e caiada à cor branca
04	Remate de portas e janelas em pedra tipo calcária
05	Caixilharias em madeira tipo carvalho, á cor natural e vidro duplo
06	Portas em madeira tipo carvalho, à cor natural
07	Telha cerâmica de canudo
08	Merlões em tijolo de alvenaria rebocados e caiados à cor branca
09	Algerozes cerâmicos em telha de canudo
10	Colunas tipo toscana em pedra
11	Chaminé em alvenaria de tijolo, rebocada e caiada a branco
12	Degraus em pedra do tipo calcária à cor natural
13	Guardas em ferro forjado
14	Remate da porta em arco em alvenaria de tijolo rebocado e caiado na cor branca
15	Porta de segurança em pvc

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

Cadeira:
Dissertação de Mestrado

Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

Descrição:
Alçado Lateral Direito

Orientação:
Prof.º Flávio M. Lopes

Acompanhamento:
Prof.º João Borges da Cunha
Prof.º Nuno Griff

Projectou:
Iolanda Pereira

Versão:
20180629

Escala:
1/100

Data:
JUNHO 2018

Desenho nº
II.6.14

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.

ALÇADO SUL

PROJECTO DE ARQUITECTURA

N

LEGENDA DE ACABAMENTOS	
01	Parede de alvenaria de pedra rebocada e caiada à cor branca
02	Remate de paredes/cunhais em pedra de tipo calcário
03	Friso em em alvenaria de pedra rebocada e caiada à cor branca
04	Remate de portas e janelas em pedra tipo calcária
05	Caixilharias em madeira tipo carvalho, à cor natural e vidro duplo
06	Portas em madeira tipo carvalho, à cor natural
07	Telha cerâmica de canudo
08	Merlões em tijolo de alvenaria rebocados e caiados à cor branca
09	Algerozes cerâmicos em telha de canudo
10	Colunas tipo toscana em pedra
11	Chaminé em alvenaria de tijolo, rebocada e caiada a branco
12	Degraus em pedra do tipo calcária à cor natural
13	Guardas em ferro forjado
14	Remate da porta em arco em alvenaria de tijolo rebocado e caiado na cor branca
15	Porta de segurança em pvc

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

Cadeira:
Dissertação de Mestrado

Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

Descrição:
Alçado Sul

Orientação:
Prof.º Flávio M. Lopes

Acompanhamento:
Prof.º João Borges da Cunha
Prof.º Nuno Griff

Projectou:
Iolanda Pereira

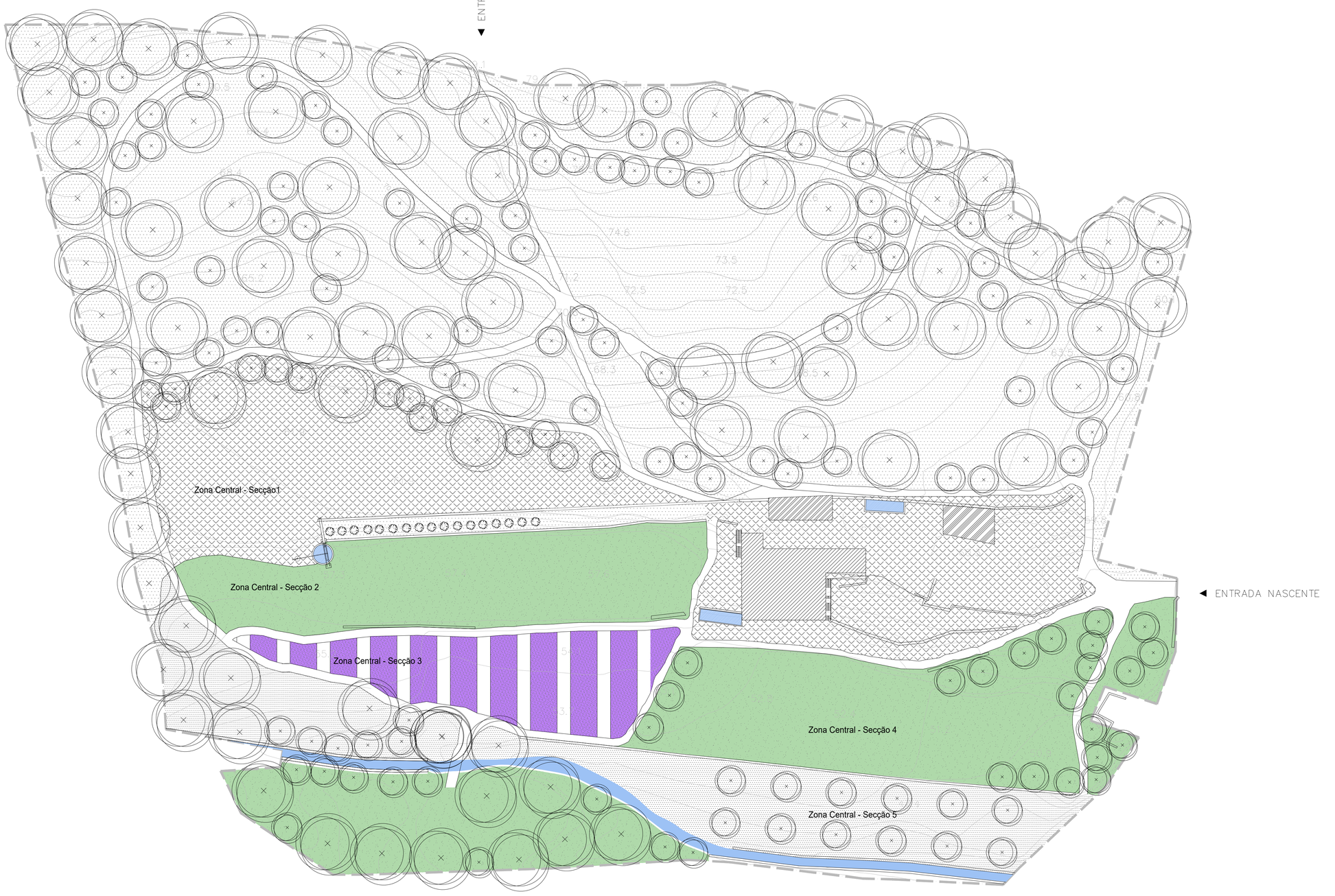
Versão:
20180629

Escala:
1/100

Data:
JUNHO 2018

Desenho nº
II.6.15

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.



PROJETO DE ARQUITECTURA

N

LEGENDA		
Valflores ZEP		44 520.00 m²
Bosque/Bosquete (Terra)		20 794.75 m²
Áreas de Lazer (Calçada à cor cinza)		6 071.70 m²
Relva/Prado Regado (Relva)		8 175.80 m²
Jardim de Aromas (Terra)		1 581.20 m²
Recursos Hídricos		490.00 m²
Percursos (Terra Batida)		3 839.00 m²
Pomar (Terra)		3 567.55 m²

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

Cadeira:
Dissertação de Mestrado

Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

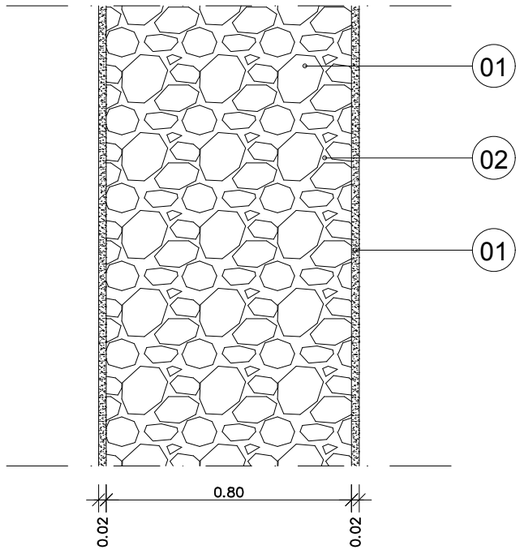
Descrição:
Planta de Arranjos Exteriores

Acompanhamento:	Orientação:
Prof.º João Borges da Cunha Prof.ª Nuno Griff	Prof.ª Flávio M. Lopes
Projectou: Iolanda Pereira	Versão: 20180629
Escala: 1/500	Desenho nº II.6.16
Data: JUNHO 2018	

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.

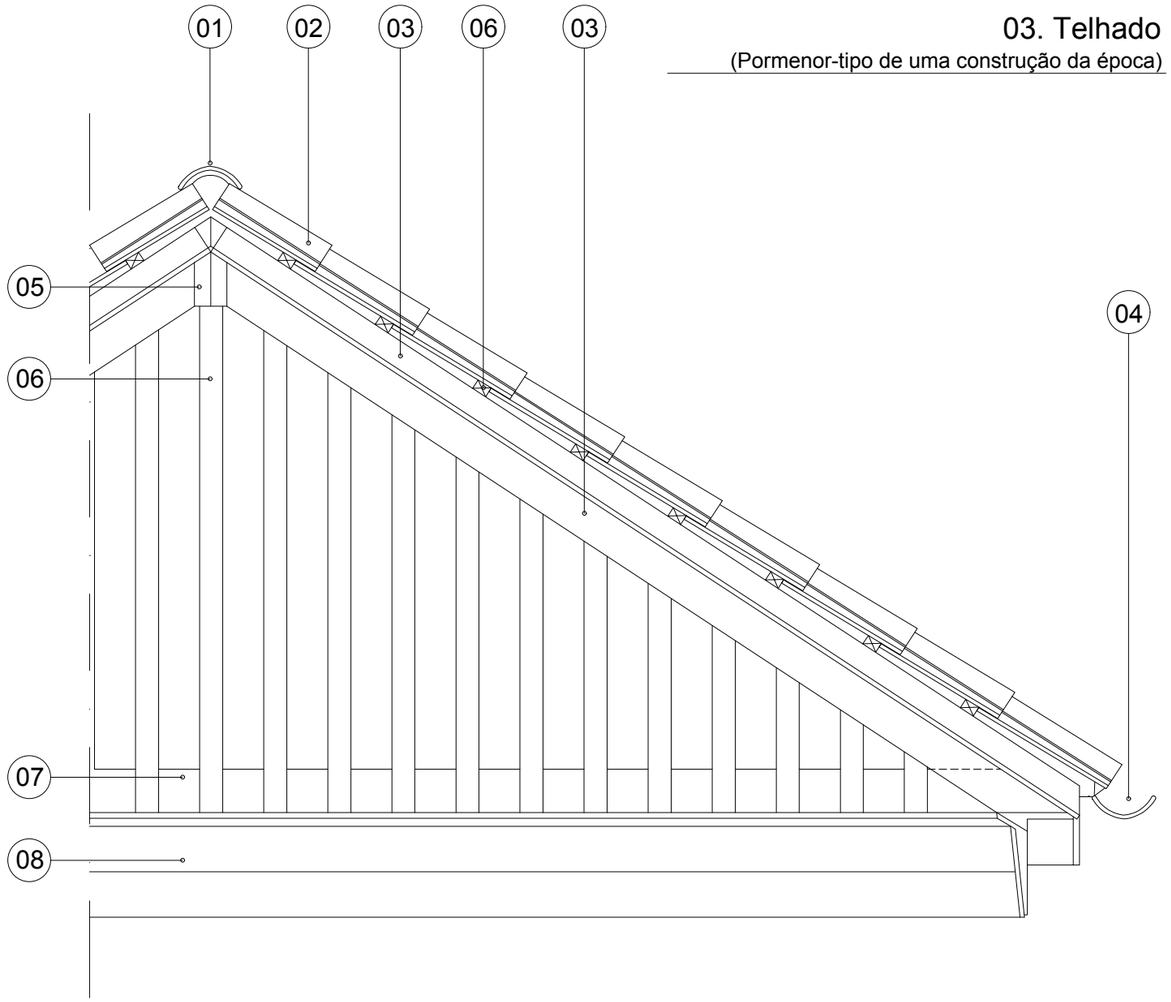
01. Parede Estrutural (pormenor-tipo)

(Pormenor-tipo de uma construção da época)



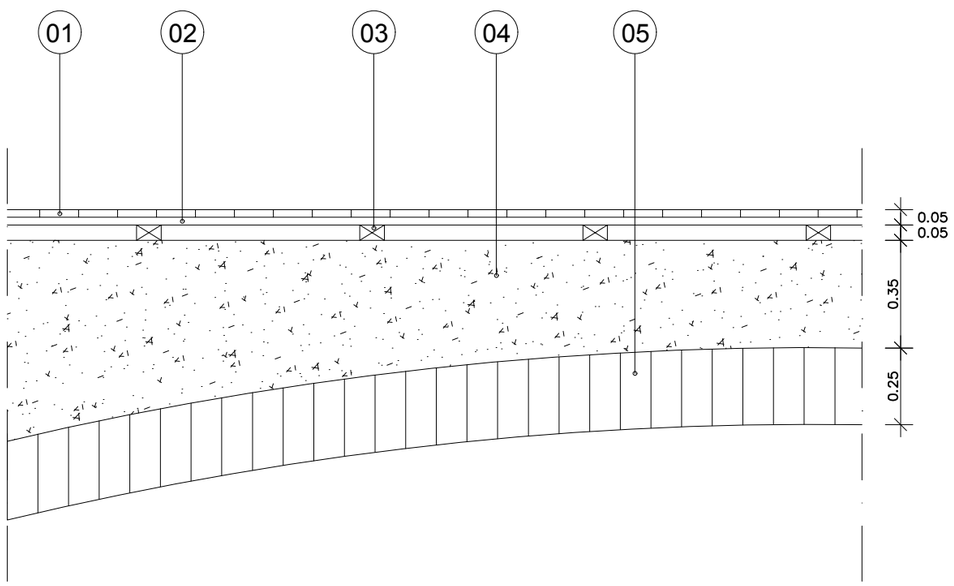
03. Telhado

(Pormenor-tipo de uma construção da época)



02. Teto abobadado - Estrutura

(Pormenor-tipo de uma construção da época)



01.LEGENDA

01 - Paredes autoportantes, com espessura variável consoante os pisos, autoportantes, compostas por alvenaria de pedra ordinária, orientadas no sentido do leito. Aparelho de juntas irregulares alinhadas. Assentamento com calços ou cunhas.

02 - Alvenarias unidas através de argamassa e cal.

03 - Parede rebocada a cal (0,25 cm)

02.LEGENDA

01 - Soalho de madeira (0,25 cm) (tijoleira cerâmica na na zona da varanda/*loggia*).

02 - Sub-pavimento (0,25 cm).

03 - Travessas de madeira (0,05 x 0,08 cm).

04 - Enchimento de pedra solta ou terra.

05 - Alvenaria de tijolo maciço (formam as abóbadas de aresta que compõem os tetos).

03.LEGENDA

01 - Telhão de cumeeira.

02 - Telha cerâmica tipo canudo.

03 - Vara ou caibro.

04 - Caleira em telha de canudo.

05 - Madre.

06 - Fileira de ripas.

07 - Linha.

08 - Sanca.

REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL EDIFICADO

Cadeira:
Dissertação de Mestrado

Local da obra:
Quinta e Palácio de Valflores, Santa Iría da Azóia - Loures

Descrição:
Pormenores Construtivos

Orientação:	Acompanhamento:
Prof.º Flávio M. Lopes	Prof.º João Borges da Cunha Prof.º Nuno Griff
Projectou:	**Versão:**
Iolanda Pereira	20180622
Escala: 1/20	**Desenho nº** II.6.17
Data: JUNHO 2018	

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.
Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.

PROPOSTA DE REABILITAÇÃO PARA O PALÁCIO DE VALFLORES - LOURES

ARQUITETURA Iolanda Pereira

LEVANTAMENTO Luís Mateus

DATA 2017/2018

LOCALIZAÇÃO Santa Iria da Azóia, Loures

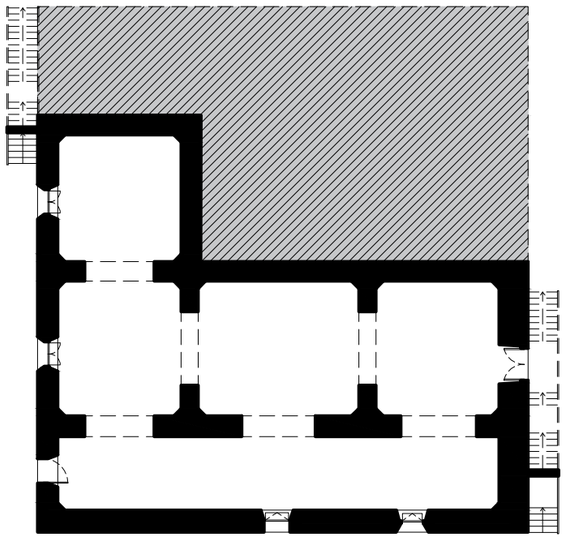
ÁREA TOTAL 44.5 Ha

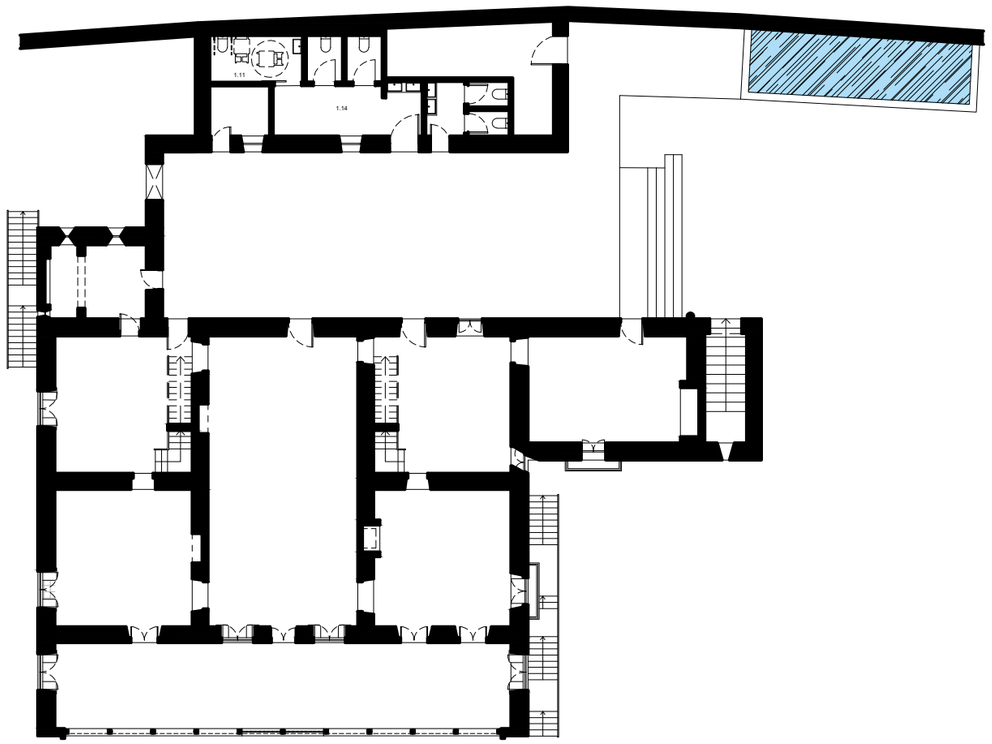
ÁREA DE IMPLANTAÇÃO 455.30m^2

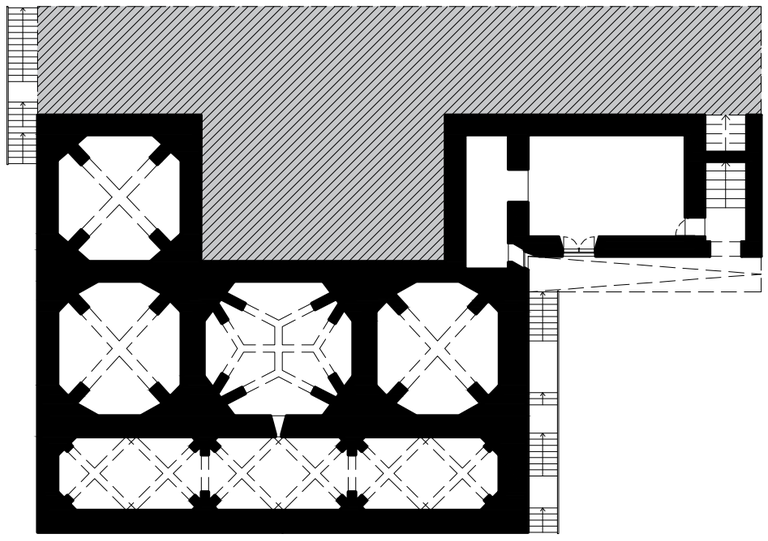
FOTOGRAFIA Luís Mateus

O Palácio de Valflor é uma construção cujo múcleo central (habitaçºao e cocheiras) remonta ao século XVI (havendo possíbilidade de ter havido nesse mesmo sítio uma pré-existência do século XV), pensa-se que a sua construção tenha sido executada por volta de 1550. Ainda nesse século, mas posterior ao núcleo habitacional, terá surgido a capela contígua à habitação. Capela esta que emprega muitas das técnicas e estética aplicada na igreja matriz de Santa Iria da Azóia, que terá tido, precisamente, Jorge de Barros (proprietário de Valflores) como benfeitor.

O complexo integra-se na tipologia de arquitetura civil, concebida ao gosto renascentista, em voga na época e com o qual o proprietário terá tido contato direto enquanto residiu na Flandres e aquando a sua deslocação a Itália. O conjunto enquadra-se na tipologia de quinta de recreio, tipologia também muito em voga na época, que pretendia imitar o modo de vida campestre de Roma Antiga, nas suas *villas*.







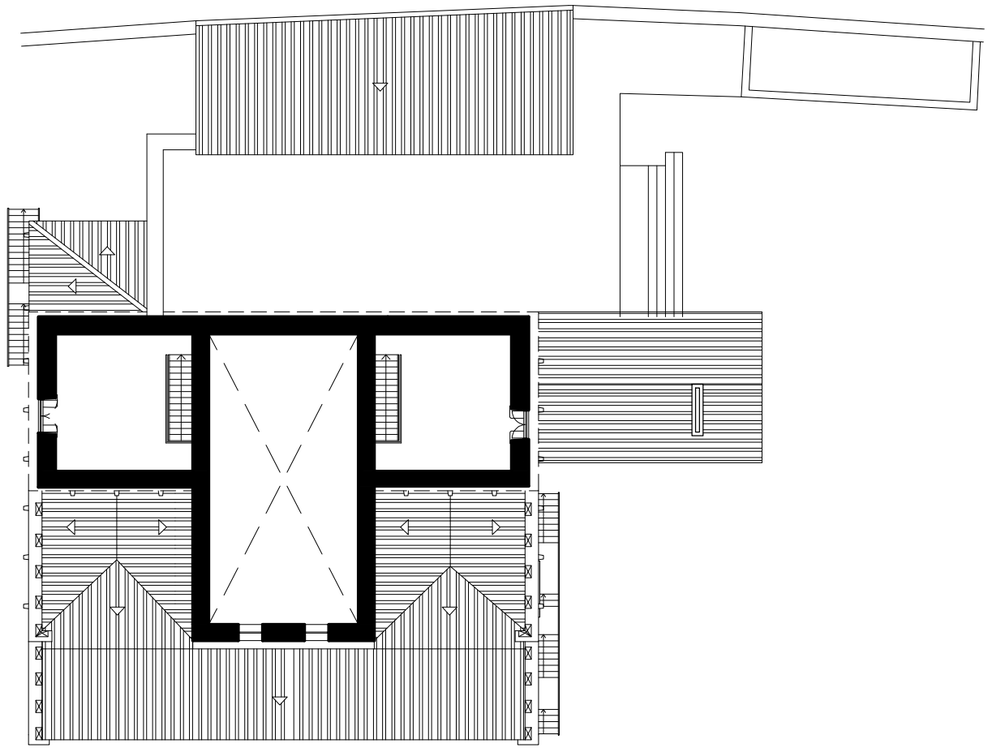
ÁREAS E COMPARTIMENTOS PISO -2		
-2.01	Sala 01	25.80 m²
-2.02	Sala 02	27.45 m²
-2.03	Sala 03	35.80 m²
-2.04	Sala 04	27.40 m²
-2.05	Sala 05	53.80 m²
	Área Útil	170.25 m²
	Área Bruta	260.50 m²

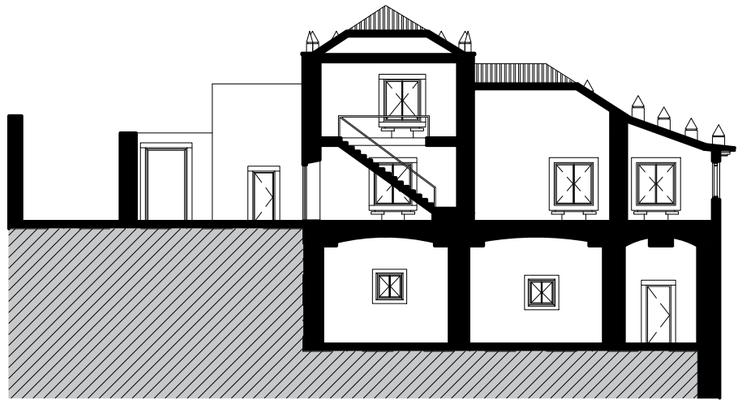
ÁREAS E COMPARTIMENTOS PISO -1		
-1.01	Átrio	2.35 m²
-1.02	Arrumos 01	26.65 m²
-1.02	Arrumos 02	9.70 m²
	Área Útil	303.90 m²
	Área Bruta	413.70 m²

ÁREAS E COMPARTIMENTOS PISO 1		
PALACETE		
1.01	Sala 01	29.10 m²
1.02	Sala 02	31.35 m²
1.03	Sala 03	31.35 m²
1.04	Salão Central	72.30 m²
1.05	Varanda (loggia)	64.90 m²
1.06	Sala 04	31.50 m²
1.07	Sala 05	31.50 m²
1.08	Capela	11.60 m²
	Área Útil	303.90 m²
	Área Bruta	413.70 m²
ANEXO		
1.09	Circulação Vertical	8.35 m²
1.10	Arrumos 01	4.95 m²
1.11	Instalação Sanitária Acessível	7.20 m²
1.12	Instalação Sanitária Feminina 01	2.80 m²
1.13	Instalação Sanitária Feminina 02	2.75 m²
1.14	I.S. Feminina - Circulação	12.65 m²
1.15	Átrio I.S. Masculina	3.50 m²
1.16	I.S. Masculina 01	1.75 m²
1.17	I.S. Masculina 02	1.75 m²
1.18	Arrumos 02	18.70 m²
	Área Útil	64.40 m²
	Área Bruta	84.60 m²

II.6.19

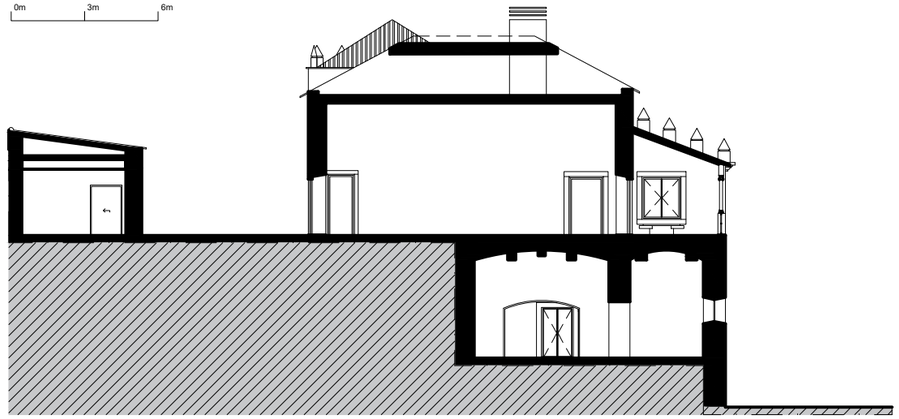
Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.





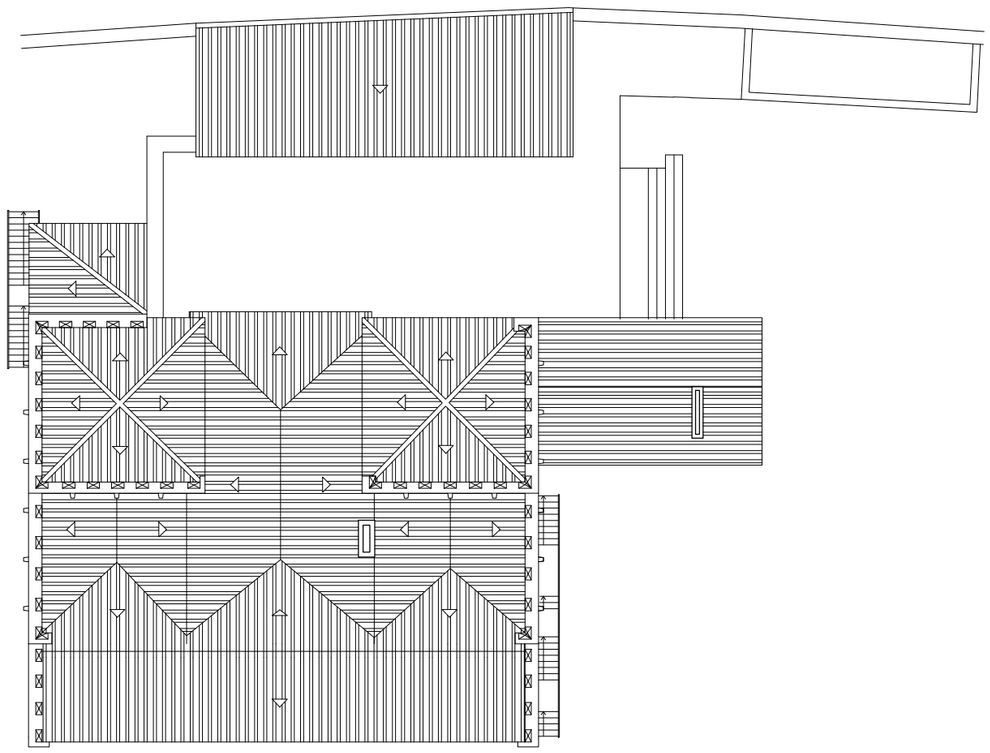
CORTE A-A'

0m 3m 6m



CORTE B-B'

0m 3m 6m



CORTE C-C'

0m 3m 6m

CORTE C-C'

0m 3m 6m

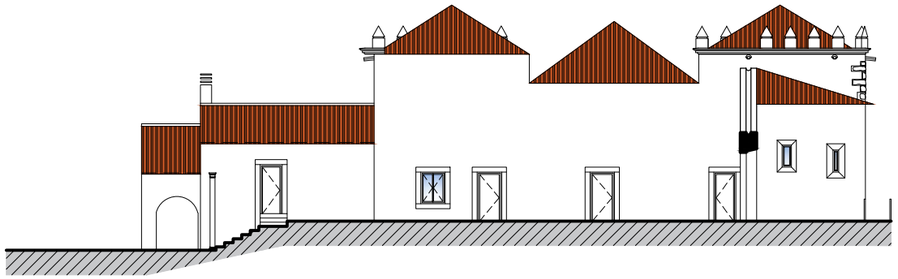
II.6.20

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.

O edifício apresenta-se com uma planta quadrangular regular, dividida em três pisos, dois (principais) em toda a extensão do quadrilátero e o último (piso 2) cingido às torres laterais. Encostados às torres laterais, localizam-se as dependências da capela e da cozinha.

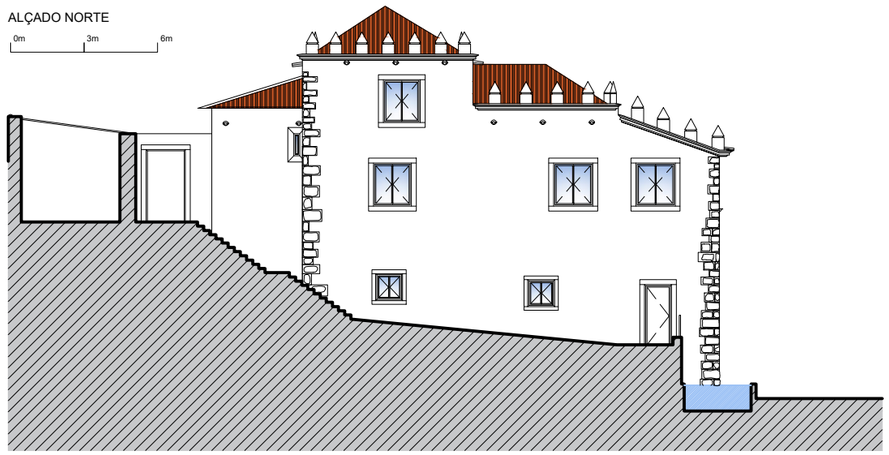
O edifício volta-se a sul, sendo essa fachada o elemento de destaque, possuindo uma *loggia*, composta por arcos abatidos sobre colunas representativas da ordem toscana, que se apoiam num peitoril e são interrompidos nos dois arcos centrais por uma balaustrada em ferro.

Procurámos identificar os elementos indispensáveis à perceção dos valores identitários inerentes ao edifício, tais como: a sua relação com a envolvente; o seu sistema estrutural; as suas fachadas; as coberturas; a organização espacial interior; e, os elementos decorativos interiores e exteriores. Tendo estes parâmetros identificados obtemos resposta sobre que elementos histórico-patrimoniais conservar/recuperar. Entre estes destacam-se: o jardim envolvente com os seus elementos e estruturas hídricas, e o sistema de vistas do Palácio; o sistema estrutural primitivo: paredes em alvenaria de pedra e abóbodas de aresta em alvenaria; as fachadas com os seus panos únicos rebocados, os cunhais em aparelho rústicado e os vãos regulares de verga reta e moldura simples; as coberturas de várias águas; a organização espacial interior; e, os elementos decorativos, entre estes: as colunas de ordem toscana, os motivos pintados nas paredes interiores, e os tetos e pavimentos passíveis de recuperação, a lareira, e outros que se venham a descobrir e a revelar interesse para a história do imóvel e para o modo de vida num edifício desta natureza.



ALÇADO NORTE

0m 3m 6m

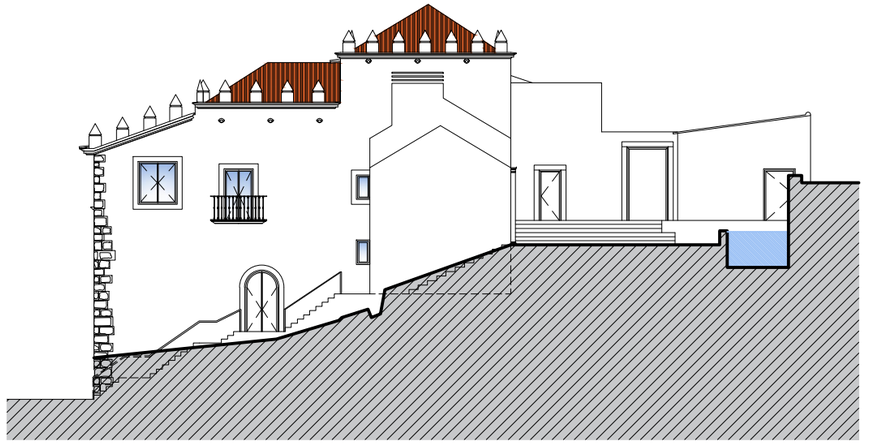


ALÇADO LATERAL ESQUERDO

0m 3m 6m

ALÇADO SUL

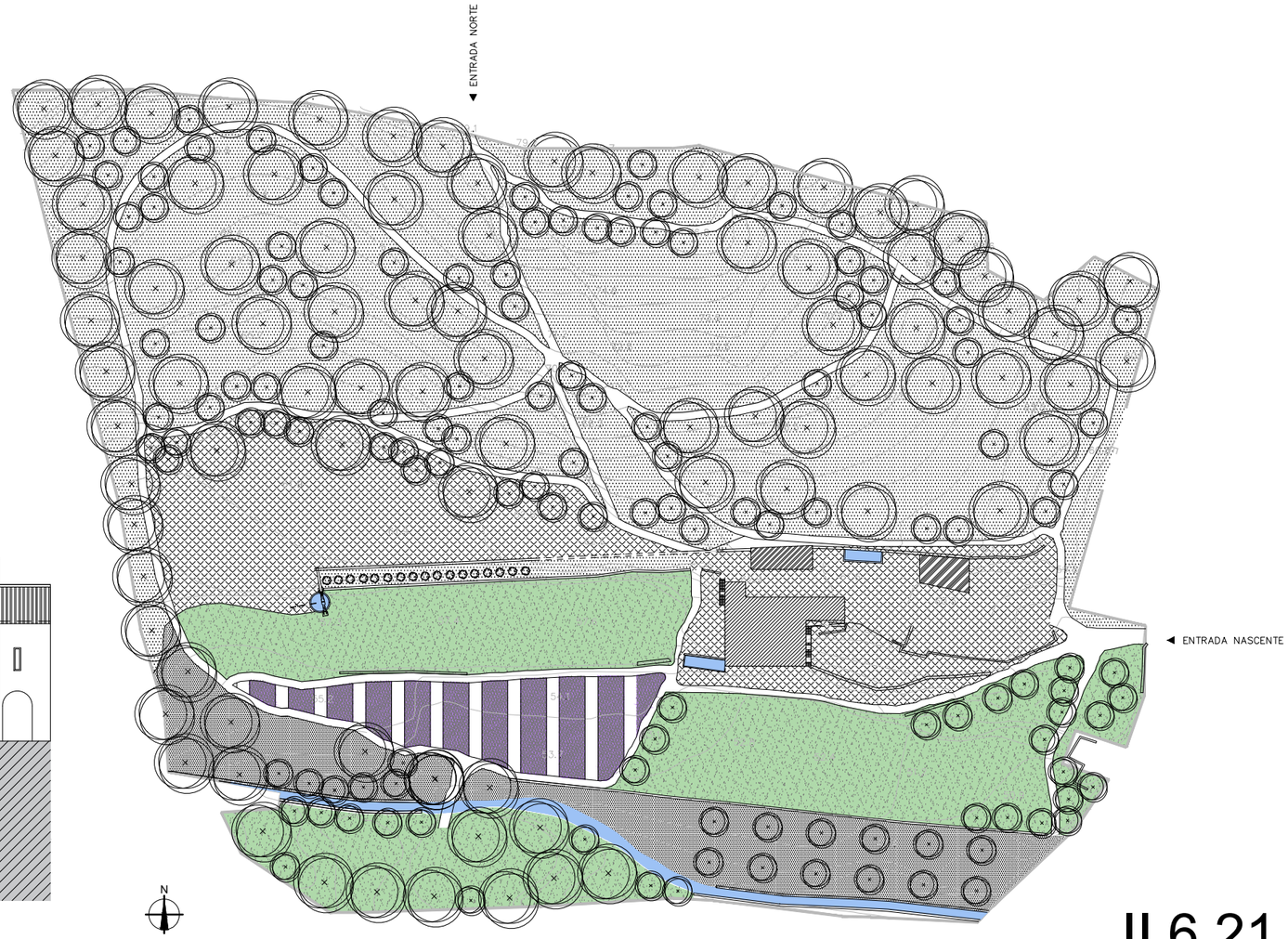
0m 3m 6m



ALÇADO LATERAL DIREITO

0m 3m 6m

Os arranjos exteriores foram pensados de forma a não desvirtuar a configuração original deste espaço de veraneo e de cultivo, mas sobretudo, o facto de ser uma quinta de recreio do período da renascença. A nossa proposta prevê um espçao de bosque, jardim e prado, um pomar e o respeito pelas estruturas hídricas existentes no complexo. Desta forma conseguimos garantir o menor teor de impermeabilização possível, bem como tirar partido da morfologia, configurações e elementos pré-existentes.



PLANTA DE ARRANJOS EXTERIORES

II.6.21

Este desenho é propriedade do autor e é fornecido sob condição de não ser reproduzido sem devida autorização, expressa por escrito.